

JOSIANE DA SILVA

**PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO SUBPROGRAMA DE TURISMO DO
PLANO DE MANEJO DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL JIRAU
ALTO: DOIS VIZINHOS – PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção de grau de
Bacharel em Turismo do Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, da Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof. Jasmine Moreira



DOIS VIZINHOS

2002

JOSIANE DA SILVA

**PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO SUBPROGRAMA DE TURISMO DO
PLANO DE MANEJO DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL JIRAU
ALTO: DOIS VIZINHOS – PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção de grau de
Bacharel em Turismo do Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, da Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof. Jasmine Moreira

DOIS VIZINHOS

2002

Para meus pais, porque sou e estou aqui à custa de seu amor e seus sacrifícios.
Pai, mãe, para vocês, eu me curvo.

Para Lucas, que veio para mudar nossas vidas.

Para Emerson, meu amor e companheiro, e a melhor parte de cada dia da minha vida.

Para Kandy, de quem eu sinto saudades, e que torce por mim, e para Franci, que está longe, mas está perto.

Para Emilia, que tornou melhores os anos de universidade, e para Idelmo, o iluminado.

"E impelido pela minha ávida vontade, imaginando poder contemplar a grande abundância de formas várias e estranhas criadas pela artificiosa natureza, enredado pelos sombrios rochedos cheguei à entrada de uma grande caverna, diante da qual permaneci tão estupefato quanto ignorante dessas coisas. Com as costas curvadas em arco, a mão cansada e firme sobre o joelho, procurei, com a mão direita, fazer sombra aos olhos comprimidos, curvando-me cá e lá, para ver se conseguia discernir alguma coisa lá dentro, o que me era impedido pela grande escuridão ali reinante. Assim permanecendo, subitamente brotaram em mim duas coisas: medo e desejo; medo da ameaçadora e escura caverna, desejo de poder contemplar lá dentro algo que fosse miraculoso".

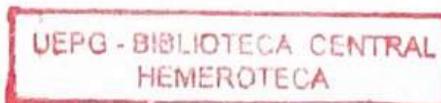
Leonardo da Vinci

SUMARIO

Lista de figuras.....	i
Lista de gráficos.....	ii
Resumo.....	iii
INTRODUÇÃO	9
1. TURISMO	12
1.1 Turismo em áreas naturais.....	14
1.1.1 Ecoturismo Educativo.....	16
1.1.2 Ecoturismo Lúdico e Recreativo.....	18
1.2 Impactos do Ecoturismo no Meio Ambiente.....	21
1.3 Educação Ambiental.....	23
2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO INDIRETO	26
2.1 Parque Nacionais, Estaduais e Municipais.....	29
2.1.1 Parques Municipais.....	31
2.2.2 Plano de Manejo.....	32
2.3 Vandalismo nos Espaços Públicos.....	34
3. RESULTADOS	36
3.1 O município de Dois Vizinhos.....	36
3.2 Análise dos questionários.....	36
3.3 Parque Ecológico Municipal Jirau Alto (PEMJA).....	49
3.3.1 Histórico.....	49
3.3.2 Características Físicas.....	49
3.3.3 Fauna.....	51
3.3.4 Flora.....	51
3.4 Programas e Subprogramas do Plano de Manejo do PEMJA.....	52
3.4.1 Proposta de Elaboração do Subprograma de Turismo do PEMJA.....	53
3.5 Trilhas Interpretativas.....	57
3.5.1 Trilhas Interpretativas Autoguiadas do PEMJA.....	59
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	65
REFERÊNCIAS	68
ANEXOS	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização da cidade de Dois Vizinhos no Estado do Paraná.....	36
Figura 2 – Mapa da localização do PEMJA na cidade de Dois Vizinhos.....	50
Figura 3 – Modelo de mesas e bancos sugeridos para o Centro de Visitantes, a entrada da trilha e a clareira.....	54
Figura 4 – Modelo de lixeira sugerido para o Centro de Visitantes e a trilha do PEMJA.....	55
Figura 5 – Mapa aéreo do PEMJA, localizando a trilha.....	60
Figura 6 – Modelo de placa informativa para a trilha do PEMJA.....	61
ANEXOS	
Figura 1 – Foto da placa de identificação do PEMJA.....	66
Figura 2 – Foto da entrada da trilha do PEMJA.....	66
Figura 3 – Foto da trilha do PEMJA.....	67
Figura 4 – Foto da trilha, mostrando sua proximidade com o rio.....	68



LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos da análise dos questionários com a população duovizinhense:

Gráfico 1 – Idade dos entrevistados.....	38
Gráfico 2 – Sexo dos entrevistados.....	39
Gráfico 3 – Profissão dos entrevistados.....	39
Gráfico 4 – Conhecimento do parque.....	40
Gráfico 5 – Se a pessoa já usou o parque para o seu lazer ou de sua família.....	40
Gráfico 6 – Opinião das pessoas sobre o estado atual de conservação do parque.....	41
Gráfico 7 – De quais equipamentos a pessoa sentiu mais falta quando visitou o parque.....	41
Gráfico 8 – Sobre a receptividade a atividades turísticas e recreativas oferecidas.....	42

Gráficos da análise dos questionários com os moradores do entorno do PEMJA

Gráfico 9 – Idade dos entrevistados.....	43
Gráfico 10 – Sexo dos entrevistados.....	43
Gráfico 11 – Profissão dos entrevistados.....	44
Gráfico 12 – Há quanto tempo o entrevistado mora no entorno do parque.....	44
Gráfico 13 – Opinião dos moradores do entorno PEMJA sobre a sua criação e seu estado atual de conservação.....	46
Gráfico 14 – Sobre a utilização do parque para o seu lazer por parte dos moradores do entorno.....	46
Gráfico 15 – Sobre a receptividade dos moradores do entorno a programas de atividades turísticas e recreativas.....	47
Gráfico 16 – Reclamações e reivindicações dos moradores do entorno a respeito do PEMJA.....	48

RESUMO

Os parques, tanto nacionais, estaduais ou municipais, são criados e estabelecidos muitas vezes sem critérios específicos para o seu planejamento, sem a definição de políticas que garantam sua conservação e manutenção, e sem a elaboração de um subprograma de turismo que regule as atividades turísticas desenvolvidas em seu interior. Decorre disso vários dos graves problemas que caracterizam muitos parques que têm administrações públicas: abandono, vandalismo, visitação descontrolada, uso irracional dos recursos naturais e exclusão das populações autóctones pelos Planos de Manejo. Propor a elaboração de um Subprograma de Turismo para o Parque Ecológico Municipal Jirau Alto (PEMJA), na cidade de Dois Vizinhos, Paraná, é uma alternativa para integrar a comunidade duovizinhense, por meio de atividades turísticas e recreativas e da educação ambiental, aos objetivos de conservação da área, fazendo com que se criem laços afetivos entre a população e o parque. Esta é uma ótima estratégia para promover a conservação de uma Unidade de Conservação de Uso Indireto, como é designado o PEMJA: fazer que a área se torne útil para a população local, proporcionando bons momentos de lazer, conscientização ecológica e convívio social.

Palavras-chaves: Ecoturismo, Educação Ambiental, Trilhas Autoguiadas e Subprograma de Turismo.

INTRODUÇÃO

Nos centros urbanos, grandes ou não, é cada vez mais raro encontrar áreas verdes conservadas e sendo utilizadas pela população para o seu lazer. Atualmente, ou essas áreas estão abandonadas ou são usadas de forma descontrolada pelo povo, tornando-se inseguras e tendo suas instalações depredadas. Sente-se aí a falta de um planejamento adequado, e de um subprograma de turismo que determine e regule as atividades para esses locais.

Por esse motivo é que o tema e o objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso foi a elaboração de um subprograma de turismo para o Parque Ecológico Municipal Jirau Alto (PEMJA), na cidade de Dois Vizinhos, Paraná. Este parque, com área total de 415.840m², foi criado em 1997 para conservação dessa área e sua biodiversidade, e para proporcionar lazer para a população duovizinhense. A verificação da necessidade de recursos humanos e instalações para o funcionamento adequado do parque, propor bases para o desenvolvimento de atividades recreativas e sugerir a implantação da trilha autoguiada são os objetivos específicos deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Sem um subprograma de turismo regulamentando as atividades recreativas e turísticas dentro do parque, os cidadãos passaram a freqüenta-lo sem nenhuma orientação de como proceder dentro do parque, como utilizar a trilha e conservar o local. Decorre disso o seu estado atual: a trilha está coberta pela vegetação e sem delimitação, a pouca infraestrutura de apoio que foi instalada está totalmente destruída e o lixo é deixado em qualquer lugar, inclusive no rio, que corre ao lado da trilha.

A metodologia utilizada foi, primeiramente, a busca e o levantamento de dados e informações gerais sobre o parque e a cidade de Dois Vizinhos, na Prefeitura Municipal. Depois, foram aplicados 50 questionários com a população local e 50 com os moradores do entorno do parque, pois as pessoas que moravam dentro dos limites do parque foram retiradas pela Prefeitura Municipal.

A partir da análise dos questionários, foi determinada a relação da população em geral e dos moradores do entorno do parque com o estabelecimento dessa Unidade de Conservação, a necessidade de atividades turísticas e de lazer que o duovizinhense sente e o estabelecimento de diretrizes que contribuam para a conservação e melhor funcionamento do parque.

No primeiro capítulo, há uma explicação geral sobre a evolução do turismo, sua história até os dias atuais, e definições sobre o Ecoturismo, segmento do Turismo no qual se encaixa o público-alvo do PEMJA.

Ainda, foram incluídas explicações sobre as atividades do Ecoturismo que podem ser praticadas dentro do parque, integrando a comunidade ao meio ambiente, proporcionando lazer e educação ambiental, e fazendo com que o parque volte a tornar-se útil para a sociedade, deixando de ser apenas um local para consumo de drogas.

Neste capítulo, há ainda a exposição dos impactos, tanto positivos quanto negativos, que as atividades turísticas podem causar no meio ambiente onde são praticadas, e as transformações que o turismo provoca nos lugares onde é praticado.

No segundo capítulo, os parques são apresentados, desde a criação do primeiro parque nacional do mundo, a criação do primeiro parque nacional do Brasil, e sua regulamentação até os dias de hoje. As Unidades de Conservação de Uso Indireto, como são enquadrados os parques (nacionais, estaduais e municipais), têm regulamentação específica para as atividades praticadas em seus limites e, além de parques, são divididas em mais três categorias: reservas biológicas, estações ecológicas e reservas ecológicas.

É fundamental, para a qualidade de vida da sociedade moderna e para o meio ambiente, que os parques nacionais, estaduais e municipais sejam protegidos e conservados, pois guardam parcelas da natureza de diferentes lugares do país e do mundo, belezas cênicas únicas, patrimônios e culturas representantes de diferentes épocas das eras geológicas e da evolução da civilização.

Sendo o PEMJA um parque municipal, portanto uma Unidade de Conservação de Uso Indireto, este trabalho está centrado nestas definições, nas regulamentações para as

comunidades autóctones e do entorno, e direcionado para o planejamento e desenvolvimento de um subprograma de turismo para um parque municipal.

O terceiro capítulo mostra um histórico da cidade de Dois Vizinhos e fala do PEMJA de modo específico, apresentado seu histórico, características físicas, fauna e flora, e introduzindo a Trilha Interpretativa Autoguiada como melhor opção de trilha para implantação no parque.

Neste capítulo, há ainda a apresentação dos Programas e Subprogramas do Plano de Manejo do PEMJA, e a verificação de que o Subprograma de Turismo não foi elaborado. Surge daí a escolha do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A elaboração do subprograma de turismo é exposta de forma clara e precisa, com sugestões para a infraestrutura de apoio e recomendações para regulamentação e preparação do parque para visitação, mostrando-se uma alternativa de solução para o estado atual de conservação do parque: abandono, vandalismo e inutilidade pública, abrigando marginais e consumidores de drogas.

Melhorar a qualidade de vida do cidadão é um dever do Estado – a administração do PEMJA é feita pela Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, mas a comunidade precisa e deve contribuir para a conservação do local, e conseqüentemente, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos do parque por todos.

1. TURISMO

O turismo é a mola mestra da nova economia mundial: o setor da prestação de serviços. Para McINTOSH (*apud* PELLEGRINI, 1993 p. 19), “as atividades turísticas começaram com os fenícios, que inventaram a moeda e o comércio”; já “os romanos saíam para o campo, mar, águas termais e festivais. Teriam sido as primeiras pessoas a viajar por prazer” (BARRETO, 1995, p.45); “na Grécia antiga, as pessoas viajavam para ver os jogos olímpicos a cada quatro anos” (De La TORRE, *apud* PELLEGRINI 1993, p. 52). Atividades turísticas vêm sendo praticadas há muito tempo, mas, sem o cunho fundamentalmente econômico que têm hoje.

O turismo passou a ter suas atividades agenciadas a partir da Revolução Industrial, quando jovens de classes privilegiadas passaram a fazer esporadicamente *tours* (“apesar de ser uma palavra de origem francesa, significando ‘volta’, o conceito de turismo teve início na Inglaterra” (BARRETO, 1995, p. 43)) de aproximadamente três anos. Era uma minoria rica, masculina, que viajava com seus professores particulares e visava adquirir experiência de vida, firmeza de caráter e preparação para guerra.

A Revolução Industrial iniciou-se na Grã-Bretanha durante o século XVIII e no início de século XIX, e estendeu-se às outras partes da Europa e da América do Norte, trazendo profundas mudanças sociais, econômicas e nas relações de trabalho, resultantes do desenvolvimento da industrialização e do surgimento do sistema econômico capitalista. A indústria de manufaturas saiu das casas e oficinas e transformou-se, com o advento das máquinas automáticas, em produção em série nas fábricas - estas surgiram como a melhor maneira de reunir as máquinas e os trabalhadores para operá-las. E, juntamente com todas essas mudanças, vieram a degradação ambiental e diminuição da qualidade de vida, tendo o aumento populacional como fator complicador.

A história da Revolução Industrial interfere na do turismo a partir do momento em que, por causa dela, acontece uma revolução nos meios e vias de transporte, devido à necessidade de transportar matéria-prima e produtos acabados através de longas

distâncias. Até então, as viagens eram extremamente desconfortáveis, demoradas e inseguras, desestimulando mesmo os viajantes com boas condições financeiras.

Com as estradas mais acessíveis e seguras (*“entre 1751 e 1771, pedágios foram instalados pelos donos das terras onde passavam os caminhos, as viagens para descanso, passeio ou em busca de saúde tornaram-se mais frequentes (motivadas pela deterioração da qualidade de vida nos centros urbano-comerciais), começando, então, o turismo moderno”* (BARRETO, 1995, p.60). A natureza não é mais vista como elemento selvagem a ser dominado; é, agora algo a ser preservado e desfrutado. Segundo BOYER (*apud Pellegrini, 1993 p. 26*), *“a fruição da paisagem surgiu no século XVIII, e vem a ser, portanto, um traço cultural de nossos dias”*.

Thomas Cook foi a primeira pessoa a agenciar e tornar acessíveis as viagens para a classe média, marcando a entrada do turismo na era industrial. Com as melhorias nos meios de transporte em geral, e nas condições de vida e de trabalho (aspectos sociais, salubridade, segurança, alfabetização), os operários passaram a ter mais tempo para seu lazer, e tudo isso contribuiu para transformar o turismo em um fenômeno mundial de massas.

O turismo contemporâneo (1945-1990) inicia-se a partir da Segunda Guerra Mundial, com a era do avião (e, conseqüentemente, melhoria no transporte de passageiros), a internacionalização do mundo ocidental, do cinema, e a formação de mercados de consumo de massa globais, aliciando consumidores sob regras padronizadas de produção e consumo. O *trade* turístico desenvolveu-se, e a prestação de serviços passou a ser a atividade característica do turismo.

Desde o seu surgimento como fenômeno social no Brasil (a partir de 1920), *“o turismo esteve ligado a atividades de lazer e descanso, nunca de aventura ou educativo”* (PELLEGRINI, 1993, p. 26). O turismo de massa começou a partir de 1950, apesar de não atingir grandes parcelas da população, e elegeu destinos turísticos, como o Rio de Janeiro.



1.1 Turismo em áreas naturais

Como já se viu, o homem começou a ver a natureza como fonte de lazer e descanso em fins do século XVIII, sem que isso, entretanto, fosse caracterizado como “turismo em áreas naturais”, ou, como é mais conhecido, ecoturismo, aqui definido por CEBALLOS-LASCURIAN (*apud* PELLEGRINI, 1993 p. 94) como:

(...) o turismo que consiste em viajar para áreas naturais não degradadas ou não poluídas, com o objetivo específico de estudar, administrar e fruir a paisagem, suas plantas e animais, tanto quanto manifestações culturais (do passado e do presente), encontradas nessas áreas. O ponto principal é que a pessoa que pratica o ecoturismo tem a oportunidade de mergulhar na natureza de uma maneira que normalmente não é possível no meio ambiente urbano.

Para a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), ecoturismo é o “*segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.*”

Segundo o Instituto de Ecoturismo do Brasil, “*ecoturismo é a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza, de forma sustentável, dos patrimônios natural e cultural, incentiva sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas.*” (IEB, 1996).

Quanto ao Brasil, apesar de sua natureza rica e fascinante atrair estrangeiros desde o século XVII (como St. Hilaire e Darwin, entre outros), foi no final dos anos 80 e início dos anos 90 que o ecoturismo tomou impulso, seguindo a tendência mundial, tornando-se muito mais frequentes as viagens de aficionados do acampamento. Segundo o IBAMA (2002), já no período do descobrimento, em carta datada de 1º de maio de 1500, Pero Vaz de Caminha relata ao Rei de Portugal as belezas naturais e os patrimônios aqui existentes.

Em fins dos anos 80, a EMBRATUR começou a promover roteiros ecológicos, enquanto algumas empresas do ramo procuravam dinamizar suas atividades, principalmente em áreas como o Pantanal, poucas cidades serranas e hotéis fazenda.

O turismo em áreas naturais tem muitos adeptos, e diversas classificações para as diferentes modalidades praticadas, todos com o interesse em comum de desfrutar da natureza com o mínimo impacto sobre os recursos naturais.

As atividades de turismo "tipo aventura desportista de grupo" e "ecoturismo esportivo" talvez sejam as que mais têm demanda, e as que mais podem provocar impactos negativos no ambientes onde são praticados. Além disso, diferentes tipos de ecoturismo podem integrar-se durante o planejamento ou realização das atividades, como por exemplo, o Ecoturismo Étnico (contato e integração cultural com populações autóctones) com o Ecoturismo Lúdico e Recreativo (caminhadas, passeios).

As Unidades de Conservação de Uso Indireto, normalmente declaradas de uso público e protegidas por abrigarem belezas cênicas e recursos naturais ameaçados, recebem grande parte desses ecoturistas e, exatamente por isso, necessitam de planejamento e infra-estrutura adequados à visitação.

Tipos de Ecoturismo	Atividades Ecoturísticas
Ecoturismo Científico	Estudos e Pesquisas Científicas em Botânica, Arqueologia, Paleontologia, Geologia, Zoologia, Biologia, Ecologia, etc.
Ecoturismo Educativo	Observação da Vida Selvagem (fauna e flora), Interpretação da Natureza, Orientação Geográfica, Observação Astronômica.
Ecoturismo Lúdico e Recreativo	Caminhadas, Acampamentos, Contemplação da Paisagem, Banhos e Mergulhos, Jogos e Brincadeiras, Passeios Montados, etc.
Ecoturismo de Aventura	"Trekking", Montanhismo, Expedições, Contatos com Culturas Remotas, etc.
Ecoturismo Esportivo	Escalada, Canoagem, "Rafting", Bóia Cross, Rapel, "Surf", Vôo livre, Balonismo, etc.
Ecoturismo Étnico	Contatos e integração cultural do ecoturista com populações autóctones (primitivas/nativas) que vivem em localidades remotas em estreita relação com a natureza.
Ecoturismo Naturista	Prática do "Nudismo" ao ar livre e junto à natureza.

Fonte: IBAMA/MMA

1.1.1 Ecoturismo Educativo

O Ecoturismo Educativo divide-se em: Observação da Vida Selvagem (fauna e flora), Interpretação da Natureza, Orientação Geográfica, Observação Astronômica. De acordo com as características do PEMJA, as atividades que podem ser desenvolvidas são:

- Observação da Vida Selvagem – pássaros (*Bird Watching*).
- Interpretação da Natureza

1.1.1.1 Observação da Natureza

O *Bird Watching* pode caracterizar-se como Observação da Natureza, e popularizou-se na Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos quarenta (BRASILAVENTURAS 2002), e pode ser praticado durante o percurso pela trilha ou em paradas especialmente preparadas para a atividade. A observação das aves exige muita atenção do observador quando em campo, o que permite o desenvolvimento da percepção. Além disso, são necessários estudos sobre as aves (ornitologia), locais, ecossistemas etc.

É uma forma de lazer acessível a todas as idades, proporcionando à pessoa harmonia com o ambiente natural e libertando-a, por alguns momentos, do stress dos centros urbanos.

Esta atividade pode ser praticada em qualquer local onde existam árvores, como praças, terrenos vazios, parques públicos e hortos. Nas unidades de conservação como Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Estações Ecológicas é onde se encontra o melhor ambiente para ver as aves, ante o grau de preservação.

1.1.1.2 Interpretação da Natureza

A interpretação da natureza tem por finalidade traduzir os fenômenos naturais à linguagem do visitante, situando-o no contexto global das áreas florestais, através dos enfoques culturais, históricos, econômicos e sociais. A interpretação é realizada nos centros de visitantes, nas trilhas monitoradas e autoguiadas. Para TILDEN (*apud* SALVATTI, 2002), “*seu objetivo básico é revelar os significados, relações ou fenômenos naturais por intermédio de experiências práticas e meios interpretativos, ao invés da simples comunicação de dados e fatos*”. A interpretação é realizada nos Centros de Visitantes, nas trilhas monitoradas e autoguiadas.

Nas trilhas autoguiadas a interpretação pode ser feita por meio das placas informativas dispostas ao longo do percurso, nas quais o visitante obtém informações sobre o local, e dispõe delas conforme sua própria capacidade.

TILDEN (*apud* SALVATTI, 2002) dispôs da seguinte forma os objetivos da Interpretação da Natureza:

- Facilitar o conhecimento e a apreciação da natureza;
- Objetiva conservar seus recursos naturais, históricos e culturais;
- Visa aumentar a satisfação dos visitantes;
- Servir de ferramenta para o manejo dos visitantes;
- Estimular a participação do visitante nas questões político-ambientais.

Ainda este autor fala dos Princípios da Interpretação Ambiental:

- O processo de interpretação deve se relacionar com a personalidade e experiência do grupo de visitantes;
- A interpretação não é somente informar;

- A interpretação é uma arte;
- A interpretação deve educar, criar expectativas, questionamentos e provocações;
- Deve ser elaborada visando o entendimento do todo, de uma grande idéia;
- A interpretação deve ser específica e dirigida ao estilo de visitante.

1.1.2 Ecoturismo Lúdico e Recreativo

É o tipo de ecoturismo que mais se encaixa no Parque Ecológico Municipal Jirau Alto. Divide-se em caminhadas, contemplação da paisagem, acampamentos, banhos e mergulhos e jogos e brincadeiras, passeios montados, etc. Na área em questão, as atividades que podem ser melhor desenvolvidas são:

- Caminhadas;
- Contemplação da natureza;
- Jogos e brincadeiras;

As caminhadas e a contemplação da natureza poderão ser desenvolvidas como atividades turísticas na trilha autoguiada que corta o parque, enquanto que os jogos e brincadeiras poderão ser praticados no Centro de Educação Ambiental, já instalado e contando com quadra de areia para atividades em grupo, e uma pequena estrutura de parque de diversões para crianças.

1.1.2.1 Caminhadas

Caminhar é uma ótima maneira de descobrir o meio ambiente, gradualmente, silenciosamente, sentindo o contato com a natureza, seus sons e cheiros, e, dentre as inúmeras vantagens físicas e psicológicas proporcionada por ela, estão a satisfação

pessoal e a consciência corporal. Além disso, a caminhada é uma das atividades mais antigas da humanidade, e o meio de locomoção mais natural do ser humano.

A caminhada pode ser definida de duas maneiras, de acordo com sua duração:

- **Trekking** - São caminhadas de dois ou mais dias, onde os participantes precisam transportar ao menos parte do equipamento em mochilas, embora animais de carga também possam ser utilizados. É o mais popular e praticado esporte de aventura. De acordo com informações obtidas no *site* Terramater (2002), o “*trekking* pode também ser definido por: ‘Randonné’(França), ‘Backpacking’ (EUA) e ‘Tramping’ (Nova Zelândia)”.

Esse termo ao pé da letra significa marcha e nasceu como atividade esportiva apenas no século passado. “*Teve origem na África do Sul, quando os bóeres (os primeiros colonos holandeses, franceses e alemães a chegarem à África do Sul) fugiram dos ingleses que invadiram a região, em 1806*” (TERRAMATER, 2002). No Brasil, usa-se a denominação “*trekking*” para todas as modalidades de caminhada.

- **Hikking** - São caminhadas curtas, realizadas sem o transporte de muito peso, com retorno ao ponto de partida antes do anoitecer. Mesmo sendo de curta duração, podem apresentar variados graus de dificuldade, conforme a distância e a topografia do percurso (BRASILAVENTURAS, 2002).

1.1.2.2 Contemplação da Natureza

*descobrir o autor
e o pai deste Universo
é uma tarefa difícil;
• uma coisa, porém,
é evidente:
(seja quem for que fez
o que estamos vendo),
ele contemplava um modelo eterno*
Leonardo da Vinci

Segundo GARIN (2002), “a contemplação da Natureza surgiu com os filósofos gregos antigos, denominados pré-socráticos naturalistas, e era considerada um exercício de inteligência”.

Os filósofos gregos designavam a contemplação com a palavra teoria, por oposição a práxis, ou ação. A vida contemplativa era, pois, chamada entre os gregos de vida teórica, por oposição à vida ativa, ou vida prática. A significação original da palavra teoria provém de um verbo grego que significa ver; daí provém também o nome Deus, que em grego se diz Teos, e significa “Aquele que vê” (IDEM).

Contemplar a Natureza proporciona ao visitante paz de espírito, calma, afasta as preocupações da rotina diária. Além disso, permite que pequenos detalhes do meio ambiente revelem-se, como o movimento da fauna e os sons da mata. ROCK (*apud* PELEGRINI, 1993 p. 13) fala com propriedade sobre a contemplação da natureza:

Observar a natureza com olhos “estéticos”, significa abrir-se ao prazer de sua beleza, livre do afã investigador exclusivamente científico, do trabalho agrícola, de considerações técnicas, de reflexões militares, de idéias de comercialização turística. (...) A paisagem se converteu em espaço ‘útil’ de descanso e tempo livre, e a sociedade se apropriou dele, o reivindicou para si, o usa e consome. Se comercializa a beleza da natureza, a beleza paisagística se transforma em mercadoria. Urge, então, fortalecer as forças que sabem apreciar a paisagem estética por seu valor intrínseco.

O Parque Ecológico Municipal Jirau Alto, em função de suas belezas cênicas, como a mata (77,07% da área do parque é ocupada por floresta ombrófila mista¹), o rio Jirau Alto, com suas pequenas corredeiras, e alguns afloramentos de rochas, pode permitir à população duovizinhense e regional, a prática da contemplação da natureza, trazendo-lhes mais qualidade de vida.

1.1. 2.3 Jogos e Brincadeiras

Os jogos e brincadeiras poderão ser praticados no Centro de Educação Ambiental, que já conta com espaço em areia para atividades em grupo e uma pequena estrutura de parque de diversões para crianças.

1.2 Impactos do Ecoturismo no Meio Ambiente

É indubitável a capacidade transformadora do turismo nos espaços onde ele acontece, modificando paisagens e ambientes, e trazendo impactos positivos e negativos, decorrentes do aumento do consumo desses espaços.

Segundo o documento *Diretrizes para o Desenvolvimento do Ecoturismo* (Governo do Estado de São Paulo, 1997) : os impactos positivos são:

- Sensibilização de turistas e populações locais para a proteção do ambiente, de valores culturais e do patrimônio histórico;
- Ampliação dos investimentos voltados à conservação de áreas naturais e bens culturais;
- Geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em diversos níveis (local, regional, estadual, nacional);

¹ A floresta ombrófila mista pode ser de dois tipos: I – heterogênea, densa, com árvores altas; a II – menor heterogeneidade e densidade, com algumas árvores altas. O PEMJA apresenta esses dois tipos, segundo seu Plano de Manejo.

- Possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e da infra-estrutura (viária, médica, sanitária, de comunicações e de abastecimento);
- Estímulo à comercialização de produtos locais de qualidade;
- Fomento de outras atividades econômicas potencialmente sustentáveis, como o manejo de plantas medicinais, ornamentais etc;
- Intercâmbio de idéias, costumes e estilos de vida; e
- Melhoria do nível sociocultural das populações locais.

E, dentre os impactos negativos, estão:

- Consumo do solo e transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infra-estrutura;
- Alteração de ecossistemas naturais devido à introdução de espécies exóticas de animais e plantas;
- Incremento do consumo de recursos naturais podendo levar ao seu esgotamento;
- Estímulo ao consumo de *souvenirs* produzidos a partir de elementos naturais escassos;
- Aumento da produção de lixo e resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- Perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas;
- Geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística;
- Adensamentos urbanos não planejados e favelização; e
- Aumento do custo de vida, supervalorização dos imóveis e consequente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais.

Os impactos negativos são decorrentes, muitas vezes, da ignorância e da falta de informação do visitante, que, muitas vezes sem querer, pode transformar-se em agressor daquilo que ele quer preservar. Deixar a conservação da área apenas para a administração do parque é um erro que pode prejudicá-la grandemente: todos somos responsáveis pela conservação do meio ambiente, do qual usufruimos. E é aqui que entra a Educação Ambiental, como a melhor maneira de por em prática e manter os propósitos da Unidade de Conservação, com a participação da população.



Esses impactos são consequência da interação entre turistas (sua circulação no local turístico), comunidades e os meios receptores (colocação de infra-estrutura turística). Daí a importância do desenvolvimento de um Plano de Manejo fundamentado em conhecimentos técnico-científicos a respeito da área, e da criação de um Subprograma de Turismo que valorize o local como atrativo turístico, sem, entretanto, prejudicá-lo com o uso descontrolado pelo turista.

1.3 Educação Ambiental

A Educação Ambiental “*passou a acontecer desde o primeiro momento em que os seres humanos começaram a interagir com o mundo ao seu redor, e a ensinar seus filhos a fazerem o mesmo*”, como esclarece o documento *Conceitos para Fazer Educação Ambiental* (1999), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo.

No início, a relação do homem com a natureza estava tão ligada à sua sobrevivência, que este fato bastava para que houvesse compreensão dos fenômenos e sistemas naturais, além do respeito por eles. A natureza era um desafio para o crescimento da civilização humana, tendo o homem que descobrir como utilizar os recursos naturais para sua sobrevivência e como proteger-se dos animais selvagens.

Com o passar dos séculos, a interação entre os homens e o ambiente ultrapassou a questão da simples sobrevivência. A natureza mostrou-se também fonte de alegria, beleza, identidade e status pessoal, de inspiração para a música, arte, religião e significado, enfim, valores internos e perenes.

Mas a urbanização mudou drasticamente o modo como a natureza era vista: de elemento selvagem e desconhecido, passou a ser domesticado e explorado, sendo estudado basicamente para o melhor aproveitamento de seus recursos naturais e para satisfazer a curiosidade humana sobre seus indivíduos. Começa aí a separação do homem e da natureza, esta última tornando-se inferior e subserviente ao primeiro.

Os efeitos dessa relação desequilibrada não tardaram a aparecer: devastações florestais, aumento dos desertos, alterações dos fenômenos naturais (intensidade e ciclos), e inúmeros outros problemas que hoje agravam a vida nas grandes cidades e a saúde de seus moradores, prejudicam a produção de alimentos e tornam a natureza um elemento ainda mais hostil ao homem.

Compreender que esses problemas são consequência do uso irracional, desenfreado dos recursos naturais, é o primeiro passo para a prática de medidas que busquem, gradualmente, reverter esse quadro assustador.

A Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1977, em Tbilissi, na Geórgia (ex-União soviética), definiu assim o objetivo fundamental da Educação Ambiental:

Fazer com que os indivíduos e as coletividades compreendam a natureza complexa tanto do meio ambiente natural como do criado pelo homem - resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais - e adquiram os conhecimentos, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da preservação e da solução dos problemas ambientais.

As atividades de Educação Ambiental são a melhor estratégia para atingir os objetivos da Unidade de Conservação de Uso Indireto, pois proporcionam ao mesmo tempo informação, educação, lazer e estimulam a pessoa a proteger o meio ambiente, transmitindo conhecimentos e valores do patrimônio natural e cultural da Unidade. MENDONÇA (1999, p 35), fala da importância da Educação Ambiental para a qualidade da experiência do visitante:

Para se ter uma relação mais intensa com o lugar é preciso vivenciá-lo. É preciso ter outra relação com o tempo. É preciso que o turista possibilite alguma relação mais direta, em que a vivência representa uma relação de troca, de aprendizado e de respeito. Muitas vezes, a melhora da qualidade de percepção requer conhecer melhor as características ambientais locais. (...) Só a vivência pode levar ao afeto, que finalmente levará ao respeito e à solidariedade para com as populações atuais e futuras.

É um processo de comunicação com o visitante, que visa desenvolver o seu interesse, respeito e compreensão por aquela área (seus recursos naturais e culturais) e por todo o meio ambiente e ecologia.

No Brasil, somente com a Constituição de 1988, a Educação Ambiental tornou-se incumbência do poder público, juntamente com a promoção da conscientização social para defesa do meio ambiente (IBAMA 2002).

2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO INDIRETO

A primeira Unidade de Conservação criada no Brasil foi em 1886, em São Paulo (Parque Estadual da Cidade), apesar da apresentação, pelo engenheiro e político André Rebouças, da primeira proposta para criação de Parques Nacionais no Brasil, ainda na época do Império, em 1876 (IBAMA 2002). O Código Florestal de 1934 abre perspectivas objetivas para o surgimento de Unidades de Conservação mais abrangentes do que as antigas reservas e hortos florestais, com melhor estruturação dos espaços e mais condições para a proteção das áreas.

As Unidades de Conservação são divididas em duas categorias: de Uso Indireto e de Uso Direto. Nas Unidades de Conservação² de Uso Indireto, o maior objetivo é a conservação da biodiversidade para usufruto das gerações atuais e futuras, sendo restritas as atividades que podem ser realizadas em seu interior. Já as Unidades de Conservação de Uso Direto são aquelas nas quais a exploração e o aproveitamento econômico direto são permitidos, mas de forma planejada e regulamentada. São identificadas como Unidades de Uso Sustentável (IBAMA 2002).

Como o Parque Ecológico Municipal Jirau Alto é uma Unidade de Conservação de Uso Indireto, vamos ater-nos a essa categoria apenas. Segundo o IBAMA (2002), as UC de Uso Indireto são divididas em:

- Parques Nacionais, Estaduais e Municipais
- Reservas Biológicas
- Estações Ecológicas
- Reservas Ecológicas

Os Parques Nacionais e as Reservas Biológicas são criados em conformidade com a Lei N° 4771 de 15 de setembro de 1965 que instituiu o Novo Código Florestal e com a

² Conforme o Projeto Lei 2892/92, as Unidades de Conservação (UC) são definidas como porções territoriais e seus componentes, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias de proteção.

Lei Nº 5197 de 3 de janeiro de 1967, a Lei de Proteção à Fauna. O Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros foi aprovado em 1979, pelo Decreto nº 84.017 de 21 de setembro, onde estão definidas as condições básicas de uso público, e são detalhadas pelo Plano de Manejo de cada parque, onde consta um Programa de Uso Público contemplando atividades de recreação, interpretação e educação ambiental para o público em geral. Segundo definições do IBAMA:

- Os Parques Nacionais são unidades de conservação que se destinam à preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos ecológicos, cênicos, científicos, culturais, educativos e recreativos, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta. Excetuam-se as medidas de recuperação de seus sistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos naturais. Comportam a visitação pública com fins recreativos e educacionais, regulamentada pelo Plano de Manejo da unidade, de acordo com as normas estabelecidas pelo IBAMA. Permitem também as pesquisas científicas, quando autorizadas pelo órgão responsável pela sua administração, sujeitas às condições e restrições determinadas por este.
- Reservas Biológicas (REBIO ou RB) são Unidades de Conservação destinadas à preservação integral da biota (fauna e flora de uma região) e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. Não são destinadas à visitação com finalidades recreativas, mas podem recebê-la com objetivos educacionais, de acordo com as determinações de seu plano de manejo. A pesquisa científica depende de autorização prévia do IBAMA, sujeita às normas por este estabelecidas.

- As Estações Ecológicas são Unidades de Conservação que se destinam à preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites e à realização de pesquisas científicas. A visitação pública para fins recreativos não é admitida, permitindo-se, no entanto, de acordo com o regulamento específico, a sua realização com objetivo educacional. Nas Estações Ecológicas (ESEC ou EE) poderão ser permitidas pesquisas que ocasionem alterações nos ecossistemas em casos de: medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados; manejo de espécies com a finalidade de preservar a diversidade biológica e coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas.

As Reservas Ecológicas pertencem ao grupo de unidades de conservação de proteção integral, e a visitação nessas áreas só é permitida com fins educacionais, devendo respeitar o estabelecido nos planos de manejo. As pesquisas científicas dependem de autorização prévia do IBAMA, estando sujeita às normas por este estabelecidas.

A legislação em vigor assegura proteção integral a essas unidades. A Constituição Federal, Capítulo VI em seu artigo 225, estabelece que o Poder Público, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve, entre outras ações:

Parágrafo III: “a definição, em todas as unidades da Federação, de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”.

As leis e decretos que dispõem especificamente sobre cada uma dessas categorias reafirmam o caráter de proteção total contra qualquer uso em desacordo com as normas estabelecidas. (IBAMA, 2002)

Nas UC de Uso Indireto, são totalmente restringidos a exploração ou o aproveitamento dos recursos naturais, admitindo-se apenas o aproveitamento indireto dos seus benefícios. São identificadas como Unidades de Proteção Integral.

De acordo com o IBAMA (2002), no total, o Brasil possui 155 unidades de conservação federais:

uso indireto:

- 39 Parques Nacionais;
- 24 Reservas Biológicas;
- 21 Estações Ecológicas;
- 5 Reservas Ecológicas;

Além da conservação, da educação ambiental, e da informação, as Unidades de Conservação prestam outro importante serviço à sociedade, o de proporcionar qualidade de vida ao cidadão, de ser uma alternativa à rotina diária do trabalho e da vida urbana, de re-aproximar o homem com a natureza e seus benefícios físicos e espirituais, trazendo de volta antigas ligações afetivas com o ambiente e seus fenômenos naturais (IDEM).

2.1 Parques Nacionais, Estaduais e Municipais

Desde o início, os parques foram criados para proporcionar às populações urbanas um local para o lazer e desfrutar a natureza, além de serem um dos principais meios para a conservação da natureza, sendo esse seu objetivo geral.

Pode-se dizer também, que foram planejados para agirem como ilhas de natureza preservada em meio ao mar da industrialização e da civilização, onde a vida selvagem estivesse protegida e pudesse ser admirada pelo homem. É o que DIEGUES (1994, p. 86) chama de “neomito” – a idéia da natureza intocada, do paraíso terrestre perdido, lugar desejado e procurado pelo homem, depois de sua expulsão do Éden. E, dessa visão de natureza intocada e intocável, conseqüentemente advém a separação entre homem (população tradicional da área), natureza e cultura³, onde o cotidiano e as práticas

³ Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade e de todos os seus aspectos. É uma construção histórica, seja como concepção ou dimensão do processo social, é um produto coletivo da vida humana. Para uma determinada comunidade, é todo o cotidiano, crenças, costumes e tradições provenientes de processos históricos e sociais, que fazem parte da vida de sua vida. SANTOS (1994, p. 45).

rotineiras são proibidas, ante o fato de que prejudicam a natureza.

Em contrapartida, ELLEN (*apud* SERRANO e BRUHNS, 1999 p. 99), afirma que “a natureza em estado puro não existe, e as regiões naturais apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens ao longo dos séculos”. Independentemente disso, os parques são fundamentais para a conservação da natureza e para a qualidade de vida da sociedade moderna. Mesmo que os visitantes desfrutem de uma área que já foi manipulada e já sofreu ações humanas, com a ilusão de estarem em um pedaço intocado da natureza, o importante é a experiência única vivida pelo turista, o contato direto com a natureza e a sua interpretação (pessoal, individual e intransferível) dela. Indubitavelmente, o turismo modifica os lugares onde acontece, mas o desejo do turista em estar em um lugar único, pode transformar sua visão do parque.

E o crescimento acelerado da população urbana também impede que as Unidades de Conservação sejam vistas como ilhas, pois estão constantemente ameaçadas por ocupações irregulares, decorrentes dos graves problemas sociais existentes. Além disso, deve-se considerar as populações que já ocupam essas UC, quando da sua criação.

Ver uma área natural protegida como um pedaço de paraíso, uma área intocada, também é separar o homem da natureza, das suas relações históricas e afetivas. Essa sim, é uma visão essencialmente urbana, onde a natureza é apenas matéria-prima, sem relação pessoal com o cotidiano, e onde a conservação do meio ambiente não faz parte do dia a dia, é apenas uma palavra bastante usada atualmente. Segundo TUAN (*apud* PELLEGRINI, 1993 p. 66), “a avaliação do meio ambiente pelo visitante é puramente estética. É a visão de um estranho. Um estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e valores dos habitantes (...) Sua percepção freqüentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros.”

O primeiro Parque Nacional criado no mundo foi Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872 (DIEGUES, 1980 p.86) e foi instituído como área pública para o lazer e benefício do povo, e para conservação da natureza – tanto, que os povos indígenas que lá moravam foram retirados de dentro dos limites do parque.

A criação do parque deu-se em meio a um amplo questionamento do antropocentrismo (que vinha desde o século XVI), e levou o homem a uma nova relação com a natureza, sendo esta representada principalmente pela paisagem, tendência influenciada pela pintura (IDEM).

Em 1808, quando da vinda da Família Real para o Brasil, foi criado o Jardim Botânico no Rio de Janeiro, ainda sem legislação ambiental que o regulamentasse e protegesse. Segundo o IBAMA (2002), o primeiro parque nacional criado no Brasil foi o do Itatiaia, no Rio de Janeiro, em 1937.

O Código Florestal de 1934 possibilitou a criação de parques nacionais, definindo-os como “monumentos públicos naturais, que perpetuam, em sua condição florística primitiva, trechos do país que, por suas circunstâncias peculiares o mereçam.”(QUINTÃO, *apud* SERRANO E BRUHNS, 1997 p. 54). Na Constituição de 1937, a legitimidade dos parques nacionais é reafirmada, sendo ressaltado que “os atentados contra eles cometidos são equiparados aos cometidos contra o patrimônio da União.”(IDEM, p. 54).

2.1.1 Parques Municipais

As unidades de conservação da categoria Parque Municipal, são representativas de áreas naturais, contendo formações ou paisagens relevantes, onde espécies da fauna e da flora, sítios geomorfológicos (de formações rochosas) e habitats são de interesse científico, educacional ou recreativo.



Em Dois Vizinhos, o PEMJA foi criado para atender às necessidades de conservação de uma vasta área verde e de mata ciliar, localizada no centro da cidade, e de lazer da população, com intenções de educação ambiental.

2.2. Plano de Manejo

Apenas criar uma Unidade de Conservação não é o suficiente para garantir a conservação da área, da sua biodiversidade, e o desenvolvimento do ecoturismo. Para que se efetive uma administração consciente e sustentável dos recursos naturais e culturais do local, faz-se necessário o desenvolvimento de um Plano de Manejo, para determinação das bases de gerenciamento da UC.

O Plano de Manejo é o instrumento de planejamento oficial das Unidades de Conservação de Uso Indireto, que utiliza técnicas de planejamento ecológico, zoneamento (caracterizando cada uma das zonas da UC e propondo o seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades), estabelecendo diretrizes básicas para o manejo da unidade. É participativo e dinâmico, envolvendo vários setores da comunidade, e caracterizado pela continuidade (os conhecimentos aplicados de acordo com o planejamento estão em constante evolução); flexibilidade (a tomada de decisões depende da auto-avaliação e retroalimentação fornecidas pelo manejo); além de ser gradativo (da profundidade dos conhecimentos gerados depende o grau de intervenção do manejo da área) (IBAMA, 2002).

Segundo informações do IBAMA (2002), os planos de manejo são estruturados em três fases, cada uma delas apresentando um enfoque principal e o encaminhamento das ações necessárias para a implantação do manejo:

- Fase 1 - contempla ações objetivando a minimização dos impactos, o fortalecimento da proteção da unidade de conservação e a integração da mesma com as comunidades vizinhas.

- Fase 2 - desenvolverá ações orientadas ao conhecimento e à proteção da diversidade biológica da unidade e ao incentivo a alternativas de desenvolvimento das áreas vizinhas.
- Fase 3 - objetivará ações de manejo específicas para os recursos naturais, assegurando sua evolução e proteção. Como trata-se de um planejamento contínuo, cada fase estará alicerçada na anterior e dará seguimento às ações já iniciadas, desenvolvendo-as.

A evolução e o aprofundamento do Plano de Manejo ao longo das três fases embasarão a tomada de decisões e fundamentarão cada etapa do manejo dos recursos naturais e culturais, dando assim condições para que as Unidades cumpram os objetivos para os quais foram criadas.

Apesar de, na sua definição afirmar-se que o Plano de Manejo “é participativo e dinâmico, envolvendo vários setores da comunidade”, há uma grande distância dessa teoria para a prática que se tem observado nas Unidades de Conservação. DIEGUES (1997, p.96) explica bem essa situação:

Hoje, na maioria dos casos, as populações tradicionais, apesar de seu vasto conhecimento empírico sobre a fauna e a flora, estão afastadas dos chamados *planos de manejo*, que definem quais atividades humanas são permitidas e quais são proibidas ou limitadas nas áreas naturais protegidas de uso indireto. Ainda hoje, são as autoridades governamentais e seus colaboradores, os cientistas naturais, que definem como as populações tradicionais que ainda moram nas áreas protegidas devem se comportar em relação à natureza e ao uso dos recursos naturais.

Diante disso, percebe-se a separação entre homem moderno e natureza, o afastamento destes, que são parte do mesmo universo. Para MENDONÇA (*apud* LEMOS, 1999 p. 124) “o próprio desenrolar da nossa história, que culminou com o que somos hoje, caminhou para um afastamento da Natureza, que passou a significar o perigo, o escuro, o contrário da civilização – nosso refúgio.”

O Plano de Manejo, além de determinar o planejamento ecológico e normatizar a visitação turística, deve também ser instrumento de integração com a comunidade local,

um processo gradativo para a proteção do espaço que abriga gerações de vida e conhecimento dessa comunidade.

2.3 Vandalismo nos Espaços Públicos

Nos dias atuais, o vandalismo não é, na verdade, nada mais do que o reflexo do sentimento de descaso da sociedade para com o que é “público”⁴, que a seu ver, é de ninguém, sem dono, abandonado. Ao contrário, o que é público é de todos, para o bem estar do cidadão e da sociedade. E esse sentimento de indiferença não está, como comumente pensa-se, apenas nas classes mais baixas da sociedade, mas sim, em todas as classes.

BARRETO (1999, p. 43) esclarece que essa situação, no Brasil e na América Latina, “é consequência histórica da colonização e escravidão”, que incutiu nesses povos o sentimento de que a gentileza, o cuidado e o serviço são sinônimos de servilismo, inferioridade, continuação da antiga submissão.

Daí a necessidade que os povos colonizados sentiram de desenvolver “mecanismos de sobrevivência”, de resistência contra o governo e a dominação do sistema colonial, dentre os quais a indiferença, a cultura defensiva (a população contra o Estado), e a transgressão das leis de conservação dos espaços públicos. Mesmo alguns ocupantes de cargos públicos praticam atos ilegais em benefício próprio e detrimento da população em geral, com um sentimento de “esperteza”. Sendo assim, é inevitável que o cidadão, sendo desrespeitado pelo Estado que deveria dar-lhe amparo e segurança, tenha amor e cuidado pelo patrimônio do Estado.

Enfim, o vandalismo não é um fenômeno exclusivo do Brasil nem da América Latina, mas sim de todo o mundo, principalmente o ocidental. Com o crescimento da vez maior dos grandes centros urbanos, e de seus problemas sociais, como pobreza e

⁴ Uso comum do povo é todo aquele que se reconhece à coletividade em geral sobre os bens públicos, sem discriminação de usuários, ou ordem especial para sua fruição. MEIRELLES (1998, p 429)

insegurança, as pessoas passaram a encontrar refúgio apenas dentro de suas casas, desvinculando-se da vida comunitária e do espaço público – daí o descaso, o mau uso e a indiferença para com este último.

BRANDÃO (*apud* PELLEGRINI, 1993 p. 102), fala dessa situação que se torna cada vez mais comum nas cidades:⁹

Então, já não me relaciono com as coisas do mundo, com as cachoeiras, com as belezas reais do real, com os pores-do-sol, com aqueles espaços concedidos, sobretudo pela natureza, assim, como também não me relaciono mais com as pessoas. Mas, pela invenção tecnológica, posso tê-las, às pessoas e à natureza, repetidamente, quantas vezes quiser, e, nunca de uma forma pessoal e experimental, mas sim, dentro de uma relação de posse.

Aliada ao descaso de muitos governos para com o lazer da população e à falta de segurança nas grandes cidades, a indiferença social faz com que as pessoas encerrem-se em seus lares, afastem-se do convívio em comunidade. Um parque que ofereça práticas ecoturísticas com segurança para todas as idades, conservando uma área de relevante interesse (como o PEMJA é para Dois Vizinhos, já que é a única área verde conservada do centro da cidade), sem custo para o usuário, é uma excelente alternativa de proporcionar qualidade de vida ao cidadão. Segundo RUSCHMANN (1999, p. 25):

... Porém, as práticas recreativas mais baratas podem ser realizadas próximo às residências, desde que o Estado proporcione os espaços e os equipamentos necessários. Por isso, os governantes devem preocupar-se em proporcionar à população que não tem acesso às viagens turísticas, equipamentos e espaços recreativos adequados para produzir satisfação individual, em família e na sua comunidade.

Enfim, a instituição (e conservação) de espaços públicos destinados ao lazer da população – lazer com qualidade, com aprendizado e convívio social – é necessária e benéfica, para a população e para o meio ambiente.



3. RESULTADOS

3.1 Dois Vizinhos

O município de Dois Vizinhos foi distrito de Palmas, Clevelândia e Pato Branco, e sua emancipação deu-se a 12 de junho de 1960, sendo instalado oficialmente em 28 de novembro de 1961, pela lei n.º 4.245.

Figura 1 – Localização da cidade de Dois Vizinhos no Estado do Paraná.
Sem escala.



Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.

Dois Vizinhos está situado no Sudoeste do Paraná, 16ª microregião e mesoregião geográfica, e dista da capital Curitiba 509 km. Sua população total é de 31.986 hab. (IBGE 2000), e possui base econômica ligada à agropecuária, indústria e comércio.

Limita-se a norte com os municípios de Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu; a oeste com Salto do Lontra e Enéas Marques; a leste com São Jorge do Oeste; e a sul, com Verê. A malha rodoviária que faz ligação direta com esses municípios é composta principalmente pelas rodovias PR 463 (ligação com Francisco Beltrão – 45 km), e a PR 469 (ligação com Pato Branco – 75^o km). Indiretamente, há ligação com as rodovias BR 280 (ligação com Cascavel – 180 km) e BR 158 (ligação com Curitiba – 509 km).

O desenvolvimento da região iniciou-se na década de 1940, quando o sudoeste paranaense foi ocupado gradativamente por gaúchos e catarinenses (muitos de origem italiana, polonesa e alemã, identidade cultural essa que caracterizou a forma de ocupação da terra, baseada na pequena propriedade rural e na força de trabalho familiar) que, em função do crescimento demográfico de seus locais de origem e da facilidade de aquisição de terras nessa região, a qual era feita por simples demarcação, chegaram à Colônia Missões, hoje Dois Vizinhos.

Um dos pioneiros observou que dois afluentes do rio Chopim, um na margem direita e outro na margem esquerda tinham o mesmo desembocadouro, originando então, a denominação Dois Vizinhos.

A superfície total do município é de 423,54 km², o que corresponde a 0,2% da superfície total do Estado. Seu terreno possui características topográficas bastante distintas: acentuada às margens dos rios Jirau Alto e Dois Vizinhos e plana no restante da área. A constituição da região é de um solo extremamente fértil, sendo propício ao plantio das mais variadas espécies vegetais. Fazem parte da sua composição os solos litólicos, latossolo roxo e terra roxa estruturada.

Os solos litólicos são rasos (0.15 a 0.40m), e têm fertilidade natural variável, com relevo bastante acidentado, deficiência de água e pedras na superfície, limitando sua utilização agrícola. É mais usado para plantio de milho, feijão e demais culturas de subsistência. O latossolo roxo é profundo (em média 2 a 3m), poroso e bem drenado, com estrutura predominantemente granular e em relevo ondulado e suave ondulado. Tem baixa fertilidade natural, mas por estarem em relevo que facilita a mecanização, soa muito

utilizados para plantio de soja, trigo, pastagem e cultura da maçã. A terra roxa estruturada é solo profundo (1 a 2m), bem drenado, situado em relevo suave ondulado, ondulado e forte. Possui fertilidade alta e média. Bom para o plantio da soja, trigo, milho, pastagem e fruticultura.

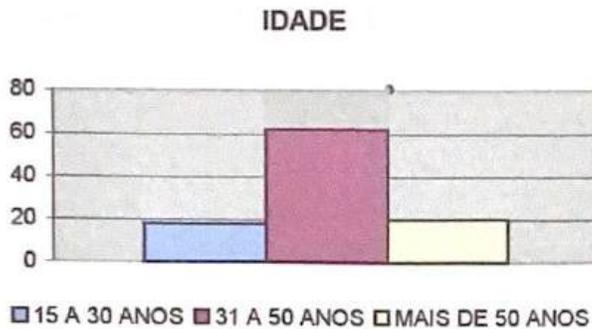
3.2 Análise dos questionários

Para este Trabalho de Conclusão de Curso, foi utilizada a pesquisa do tipo quantitativa, sendo aplicados 50 questionários com a população da cidade de Dois Vizinhos, para saber a importância do PEMJA para estas pessoas, e como elas o vêem, e 50 questionários com a população do entorno do parque, para saber a relação destas com a área, e qual a sua importância para estas pessoas.

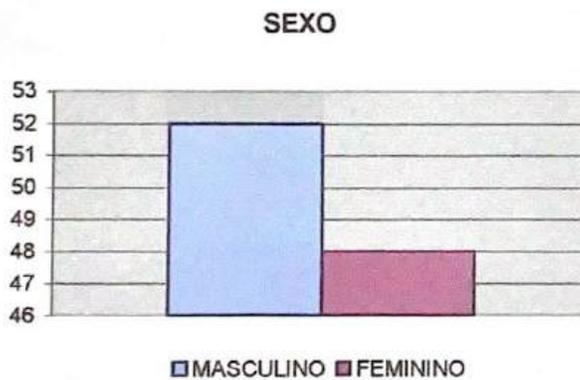
Quando o Plano de Manejo do PEMJA foi feito, no ano de 1997, consta que havia famílias morando em seu interior. Estas famílias já foram retiradas do local pela Prefeitura Municipal. Atualmente, não há mais ninguém morando dentro do parque .Portanto, os questionários que seriam aplicados com estas famílias foram aplicados com a comunidade do entorno do parque.

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS COM A POPULAÇÃO DE DOIS VIZINHOS

A seguir, serão analisados os questionários aplicados com a população de Dois Vizinhos:

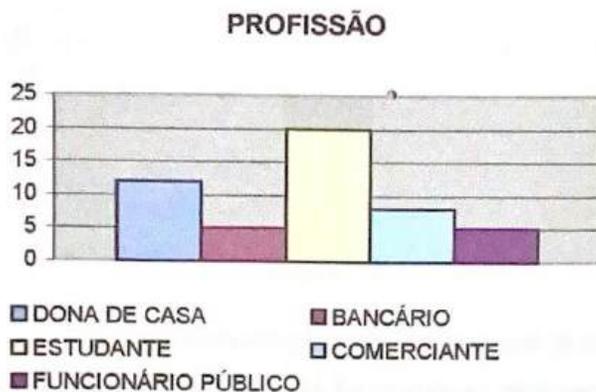
Gráfico 1 - Idade dos entrevistados:

O gráfico 1 mostra que dos entrevistados, 62% têm entre 30 a 50 anos, sendo, pois, uma população em idade ativa.

Gráfico 2 – Sexo dos entrevistados:

Percebe-se, por este gráfico, que 52% dos entrevistados são homens.

Gráfico 3 – Sobre a profissão dos entrevistados:



Todos os entrevistados são moradores da cidade de Dois Vizinhos.

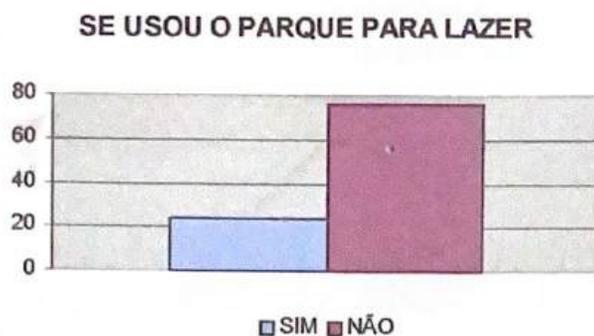
Gráfico 4 - Conhecimento do parque



Dos entrevistados, 20% respondeu que nunca ouviu falar do PEMJA, sendo que todos os entrevistados são moradores da cidade de Dois Vizinhos e o parque foi criado há cinco anos já.

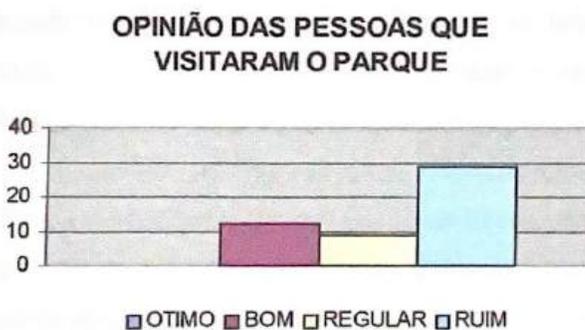
É interessante que, além de reestruturar o parque para a visitação, a Prefeitura Municipal faça a sua divulgação para os moradores de Dois Vizinhos e região, estimulando a sua ida ao parque.

Gráfico 5 – Se a pessoa já usou o parque para o seu lazer ou de sua família:



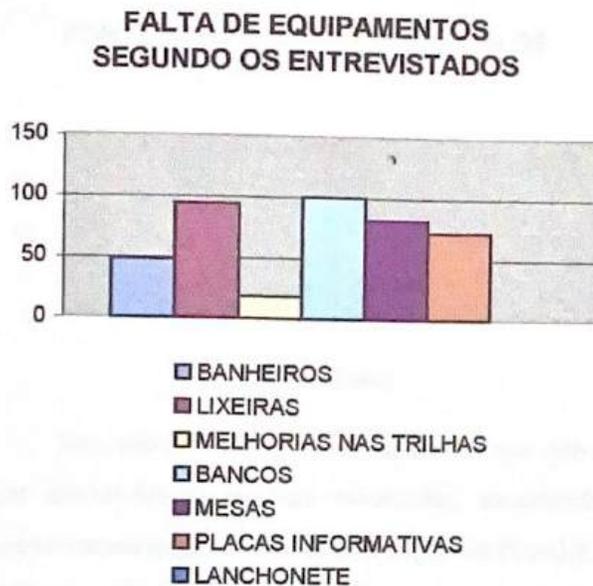
Dos entrevistados que responderam que já usaram o parque para o seu lazer ou de sua família, 24% disse que foi lá apenas para passear e conhecer o local, sem praticar nenhuma outra atividade. Oferecer a essas pessoas programas com atividades direcionadas para todas as idades é um meio de estimular a visitação ao parque, promovendo o lazer, a saúde e a educa o ambiental.

Gráfico 6 - Opinião das pessoas que visitaram o parque sobre o seu estado atual de conserva o:



Este gráfico mostra a insatisfa o dos entrevistados que já visitaram o parque: 60% das pessoas consideram ruim o estado atual de conserva o do parque, situa o que precisa ser mudada, mediante a aplica o de melhorias no parque, aumentando o seu atrativo e sua segurança.

Gráfico 7 – Equipamentos que mais fizeram falta durante a visita:



O gráfico 7 mostra quais equipamentos que os entrevistados mais sentiram falta durante sua visita, estando o mais votado os bancos. Tendo uma trilha com 2km de distância, a falta de bancos para descanso é um grande problema, pois vários dos entrevistados têm mais de 50 anos, e vão ao parque para passear ou caminhar.

Estando as lixeiras e as placas informativas entre os equipamentos que mais fazem falta aos entrevistados, mostra que há uma certa consciência ecológica entre a população, que há carência de educação ambiental e de orientação sobre como proceder dentro de uma Unidade de Conservação.

Todos os entrevistados consideram importante que a área do PEMJA seja conservada.

Gráfico 8 - Sobre a participação em atividades recreativas oferecidas



Dos entrevistados, 66% respondeu que não participaria de programas de turismo com atividades recreativas oferecidas, mostrando que, apesar de todas as pessoas considerarem importante a conservação do PEMJA, e de haver uma carência de educação ecológica, não há estímulo nem incentivo para integrar a comunidade ao parque.

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS COM OS MORADORES DO ENTORNO DO PEMJA.

A seguir, serão analisados os questionários aplicados com a população do entorno do PEMJA:

Gráfico 9 – Idade dos entrevistados:

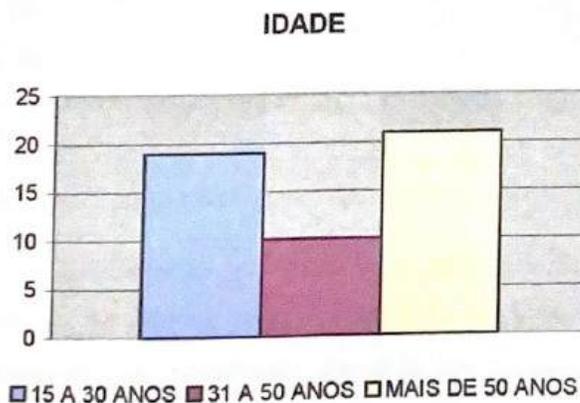
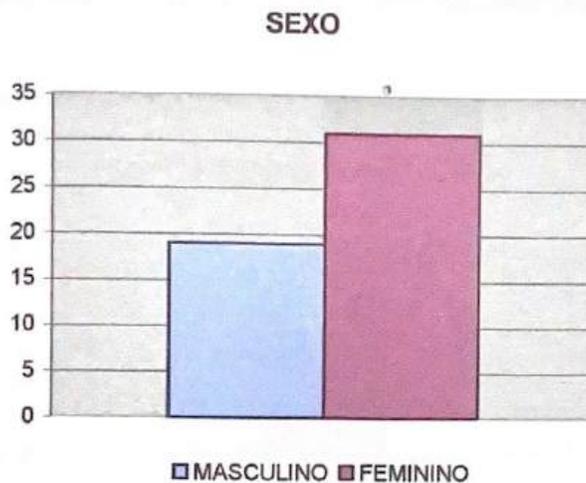


Gráfico 10 - Sexo dos entrevistados:

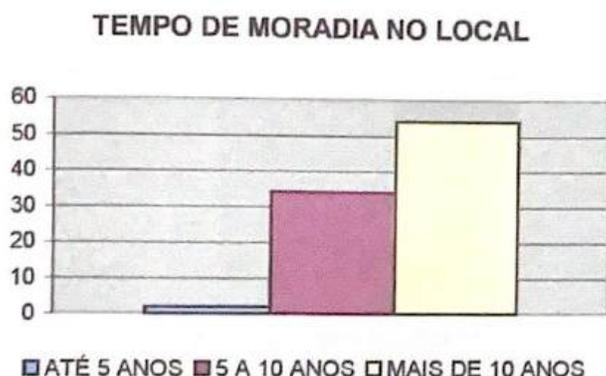
Nos questionários com a população do entorno, percebe-se que a maioria dos entrevistados (62%), é feminina.

Gráfico 11 - Profissão dos entrevistados:

Comparando este gráfico da profissão dos entrevistado entre os moradores do entorno do parque, com o gráfico da profissão dos entrevistado entre a população duovizinhense, percebe-se, apesar de este último apresentar funções que teoricamente

seriam mais esclarecedoras, com funcionários públicos e estudantes, no decorrer da análise as pessoas que mais freqüentam o parque são os moradores do entorno, talvez pela proximidade com o local, talvez por haver uma relação afetiva mais forte com a natureza.

Gráfico 12 – Há quanto tempo o entrevistado mora no entorno do parque

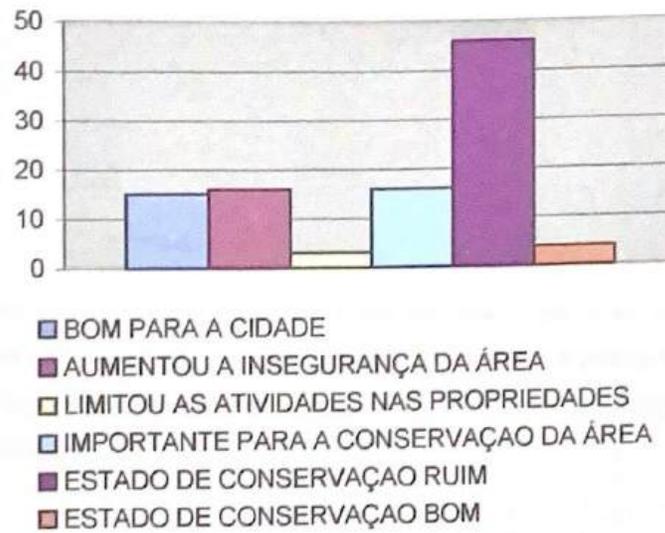


A maioria das pessoas entrevistadas no entorno do parque reside lá há mais de dez anos, muitas, há gerações, pois são descendentes dos primeiros moradores de Dois Vizinhos, que escolheram esta área para fixar-se. Por estarem lá há tanto tempo, é óbvia a relação destes moradores com o parque, uma relação de amor e cuidado, e de insatisfação com o mesmo, por seu estado atual de conservação e abandono.

No gráfico 13, com a opinião destes moradores sobre o estado atual de conservação do parque, 94% considera ruim, e 32% acha que aumentou a insegurança da área, com a abertura da trilha dentro da mata.

Gráfico 13 – Opinião dos moradores do entorno sobre a criação do PEMJA e seu estado atual de conservação:

**OPINIÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE
E SEU ESTADO ATUAL DE
CONSERVAÇÃO**



O problema mais grave citado pelos entrevistados é o depósito de lixo dentro do parque, que aumentou devido à abertura da trilha na mata.

Gráfico 14: Sobre a utilização do parque para lazer por parte dos moradores do entorno:



Dos entrevistados, 86% já utilizou o parque para o seu lazer ou de sua família, demonstrando ter uma relação muito mais forte com a natureza e o parque do que os cidadãos duovizinhenses que não moram no entorno – destes, apenas 24% declararam que foram ao parque apenas para conhece-lo.

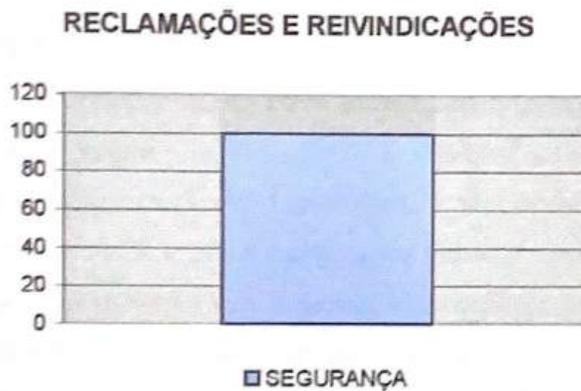
Gráfico 15 – Sobre a receptividade dos moradores do entorno a programas recreativos e atividades turísticas:



Vê-se, no gráfico 15, que todos os moradores do entorno do parque participariam de programas com atividades turísticas e recreativas, demonstrando assim, uma carência de políticas públicas que ofereçam e estimulem o lazer da população.

Estes dados mostram que há necessidade de, após a adequada reestruturação do parque para a visitação, este seja amplamente divulgado, para a cidade de Dois Vizinhos e região, pois se está deixando de utilizar um local extremamente belo e agradável, perdendo assim, em qualidade de vida.

Gráfico 16 - Reclamações e reivindicações dos moradores do entorno a respeito do PEMJA:



Este último dado mostra que, ainda antes de desfrutar de uma área para lazer, com atividades elaboradas e desenvolvidas por um profissional, a necessidade maior que a comunidade do entorno tem é de que esta área seja segura, e não ameace suas residências, abrigando marginais. Houve unanimidade entre os entrevistados: 100% respondeu que a maior necessidade da população do entorno do parque é que este tenha vigilância.

Percebe-se nestes dados, o desejo de conservação e segurança da área por parte dos moradores, juntamente com a demanda por programas de lazer. Este é uma importante informação para que, durante a aplicação da Proposta de Elaboração do Subprograma de Turismo, esta comunidade tenha prioridades na determinação das atividades para lazer,

pois está mais receptiva do que o resto da população duovizinhense, segundo dados mostrados pelos gráficos dos dois questionários.

3.3 Parque Ecológico Municipal Jirau Alto (PEMJA)

3.3.1 Histórico

O Parque Ecológico Municipal Jirau Alto localiza-se a partir do Centro de Educação Ambiental, situado ao lado do colégio Leonardo da Vinci, e segue a jusante (para o lado de baixo) do Rio Jirau Alto até sua foz no Rio Dois Vizinhos. Foi criado pelo decreto municipal nº 3400.04/97, pelo então prefeito Sr. Jaime Guzzo.

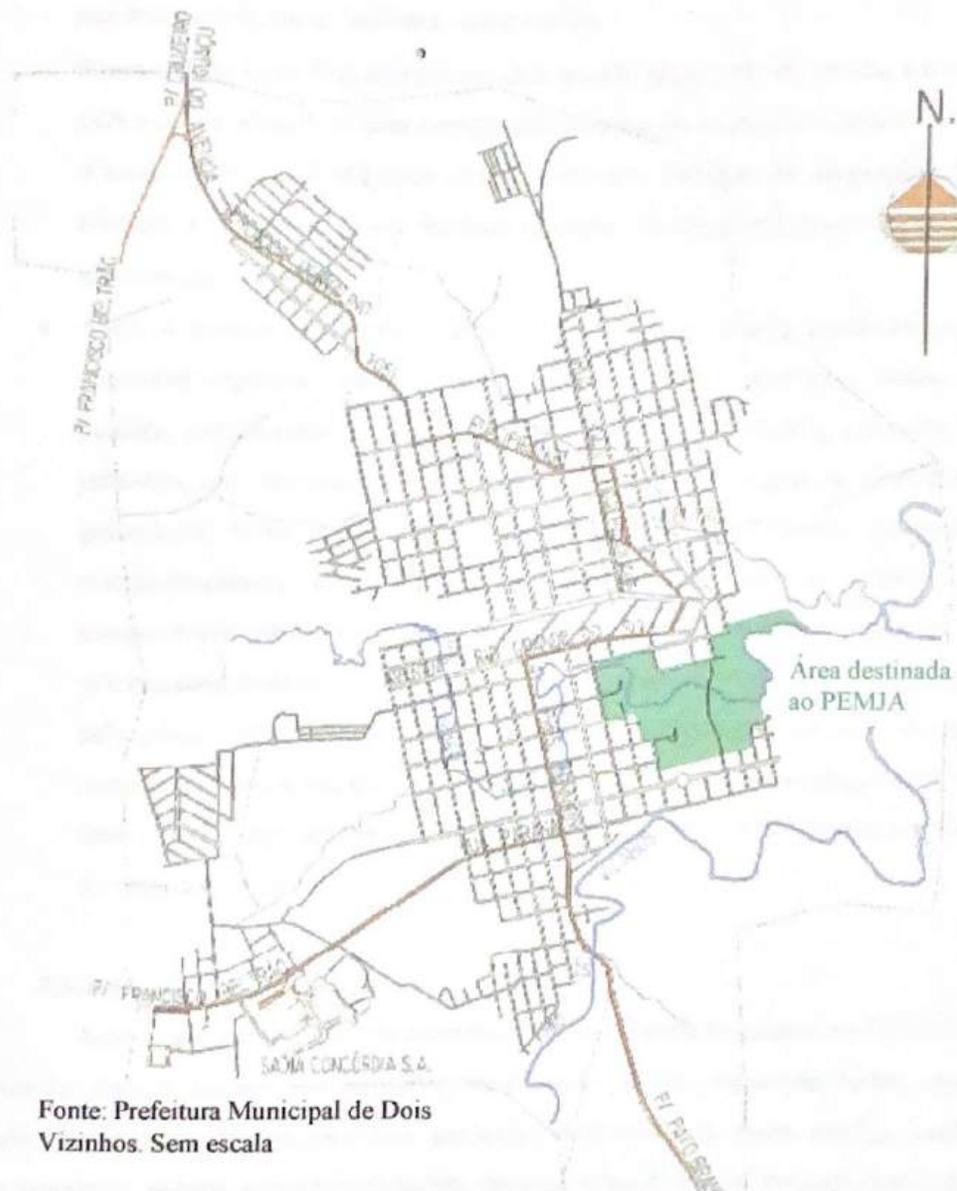
3.3.2 Características Físicas

O PEMJA está na parte leste da cidade (área urbana), com longitude $53^{\circ} 04' 30''$ W - GR e latitude de $25^{\circ} 44' 30''$ S, localizado no Terceiro Planalto Paranaense, 16ª microregião e mesoregião geográfica. A altitude média da região é de 508m em relação ao nível do mar. O clima é subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, sem estação seca definida. Símbolo Cfa-Cfb (classificação de KOEPPEN). Tendência de concentração de chuva na estação do verão, densidade pluviométrica de 2100 mm/ano, e umidade relativa do ar média de 65%.

A constituição geológica da região do parque é relativamente simples, representada por rochas basálticas da formação da Serra Geral, constituída por derrames de lavas do grande vulcanismo fissural ocorrido durante a Era Mesozóica.

O padrão da rede de drenagem da área pelos rios Jirau Alto e Dois Vizinhos e seus afluentes, é condicionado pelas estruturas de falhas e fraturas da seqüência litoestratigráfica aflorante e, junto com os depósitos de fundo de vale funcionam como canais de comunicação e recarga dos aquíferos subterrâneos. A área do parque está situada na Microbacia Hidrográfica do rio Dois Vizinhos II, a qual pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Chopim.

Figura 2 Mapa da localização do PEMJA na cidade de Dois Vizinhos



Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos. Sem escala

3.3.3 Fauna:

- Mamíferos: gambá de orelha preta, tatu rabo mole, tatu-galinha, morcego, rato, gato do mato, furão, irara, mão pelada, porco cateto, bugio, graxaim, quati, maritaca, cotia, paca, capivara, entre outros.
- Peixes: O rio Jirau Alto não possui uma grande população de peixes, e é impróprio para a pesca, devido às suas características naturais de profundidade e corredeiras, e também devido à poluição recebida durante décadas de ocupação ribeirinha. Formam a população do rio: lambari, cascudo, jundiá, acará, joaninha, carpa, bagre africano, entre outros.
- Aves: A população de aves é bastante numerosa e variada, sendo formada pelas seguintes espécies: inhambu-guaçu, inhambu-xintá, gaturamo, urubu, gavião-peneira, gavião-tesoura, gaviãozinho estriado, gavião pomba, carancho-carcará, jacu-açu, uru, saracura do mato, quero-quero, pomba-amargosa, juriti-pupu, rolagemedeira, tiriva, tuim, alma-de-gato, anu-preto, anu-branco, coruja-do-mato, coruja-do-campo, curiango tesouro gigante, andorinha de coleira, martim-pescador-gigante, martim-pescador-pequeno, João bobo, pica-pau do campo, príncipe-sangue-de-boi, viuvinha, siriri cavaleiro, curuíra, sabiá-laranjeira, sabiapoca, sabiá coleira, tico-tico, tico-tico do campo, tico-tico do banhado, canário da terra, tiziu, coleirinha, azulão, sanhaço marrom, sanhaço azul, sanhaço frade, pintassilgo, gralha azul (FOLDER DO PEMJA , 1997 Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos)

3.3.4 Flora:

Aqui citamos exemplos da ocorrência florestal mais freqüente no PEMJA: açoita-cavalo, alecrim amarelinho, gabriúva, canafístula, canela, canjarana, cedro, esporão de galo, farinha seca, grápia, gavivora, guajuvira, timbaúva, ipê, louro, marfim, maria-preta, marmeleiro, peroba, pessegueiro-bravo, pitanga, rabo-de-bugio, tarumã, guatambu, erva-

mate, pinheiro do Paraná, caroba, paineira, mamão-jaracatiá, taquaraçu, ingazeiro, gerivá, palmito, eucalipto, uva-japão, guapuruvu, bromélias e orquídeas (IDEM).

De fácil acesso, com um sistema viário bastante amplo, destacando-se a Av. México, Rua Princesa Isabel e a Rua Irineu Guse Claudino, esta última atravessando o parque no sentido norte-sul, permitindo que os cidadãos da parte sul tenham acesso à parte norte mais rapidamente. Caso esta rua não tivesse sido criada, haveria que se contornar quase o parque todo para ir para a parte norte, onde está o centro comercial mais desenvolvido da cidade. A Rua Irineu Claudino foi pavimentada há pouco tempo.

3.4 Programas e Subprogramas do Plano de Manejo PEMJA

O Plano de Manejo de PEMJA, apresentado pelo Sr. Clair Antonello⁵, conta com três Programas:

- Programa de Manejo Ambiental (que contém os Subprogramas de Pesquisa, Recursos e Monitoramento);
- Programa de Uso Público (Subprogramas de: Recreação, Interpretação, Educação, Turismo, e Relações Públicas e Extensão);
- Programa de Operação (Subprogramas de: Proteção, Manutenção, Administração, e Combate a Incêndios).

Como o objeto de estudo desse Trabalho de Conclusão de Curso é a elaboração do Subprograma de Turismo do PEMJA, serão apresentadas apenas as definições dos Subprogramas do Programa de Uso Público, além da Proposta de Elaboração do Subprograma de Turismo.

O Programa de Uso Público do PEMJA refere-se a ações que direcionem e orientem o seu uso público e o divulguem à comunidade. Dentro dele estão os:

⁵ Geógrafo, nomeado Responsável Técnico e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) n.º 1691683 pelo Decreto Municipal n.º 3485/97

- Subprograma de recreação: proporcionar oportunidades para que os visitantes possam praticar atividades recreativas como: observação, fotografia, camping, caminhada, entre outros.
- Subprograma de interpretação: proporcionar uma experiência agradável e positiva, ajudando o visitante a conhecer e apreciar os recursos naturais e culturais do parque.
- Subprograma de educação: permitir pesquisas práticas nas áreas de biologia, geologia e arqueologia.
- Subprograma de relações públicas e extensão: divulgação do parque ao público.
- Subprograma de turismo: Não houve, na criação do parque, nenhuma determinação para o Subprograma de Turismo, apenas que ele seria desenvolvido quando da implantação do Plano de Manejo.

Apesar de o Programa de Uso Público ter sido elaborado quando da criação do parque, seus subprogramas não foram implantados, ficando a área sem manutenção. Hoje, o parque caracteriza-se pelo seu estado de abandono, e a população duovizinhense deixa de ter um espaço público, gratuito e de qualidade para o seu lazer.

3.4.1 Proposta de Elaboração do Subprograma de Turismo

O Subprograma de Turismo do PEMJA é um plano a ser desenvolvido de médio a longo prazo, pois antes de sua implantação, faz-se necessária a reestruturação da trilha, da infra-estrutura de apoio (bancos, mesas, lixeiras, banheiros) e aplicação do zoneamento determinado no Plano de Manejo. Utilizar a trilha do parque nas condições em que ela se encontra agora, sem determinação da sua capacidade de carga e praticamente tomada pela vegetação rasteira, acarretaria grandes danos à trilha, além de comprometer a experiência do visitante, pois este, em vez de aproveitar a caminhada calma e a beleza do local, teria que se preocupar em não tropeçar em raízes expostas e afastar do rosto galhos de arbustos. Além, é claro, do choque mecânico provocado nas plantas.

O planejamento de um espaço para a atividade turística deve ser cuidadoso e baseado em conhecimentos técnico-científicos e sociais sobre a área e seu entorno, pois a transformação que o turismo produz em um lugar é inevitável – o que se deve evitar é a degradação deste ambiente, e, conseqüentemente, da sua utilização futura, já que os recursos naturais são o principal atrativo turístico do lugar.

Figura 3 – Modelo de mesas e bancos sugerido para o Centro de Visitantes, a entrada da trilha e a clareira.



Fonte: Arquivo do Autor

A exemplo das placas e lixeiras, as mesas e bancos também deverão ser de material reflorestado, tendo a mesa deste modelo 1m e os bancos 70cm de altura.

A população no entorno do parque está nessa área há gerações, e pode transformar-se no maior protetor da área, pois estaria considerando o seu bem estar, relacionado com a

conservação e harmonia da natureza. Oferecer-lhes programas participativos para conservação e manutenção do parque é uma estratégia inteligente de integrar a comunidade ao plano de manejo, educando e respeitando seus costumes.

No PEMJA, a área onde está localizada a trilha é de grande beleza, com vegetação exuberante e as pequenas corredeiras do Rio Jirau Alto. Esta beleza deve ser cuidadosamente conservada durante a atividade turística, pois se revela o atrativo do local. A colocação de lixeiras é uma necessidade imediata, pois o visitante, no estado em que se encontra o parque, não tem local adequado para depositar seu lixo e, conseqüentemente, joga-o no chão. A lixeira do modelo pode ter seu interior dividido em três partes: para lixo orgânico, papel e plástico. Assim, o visitante pode começar a por em prática os princípios de Educação Ambiental que receberá por meio das placas informativas.

Figura 4 – Modelo de lixeira sugerido para o Centro de Visitantes e a trilha do PEMJA.



Fonte: Arquivo do Autor

Esta lixeira, assim como a placa, deverá ser feita de material reflorestado, e pintada em cores que harmonizem com o ambiente da mata, sem grandes contrastes. Para este modelo, sugere-se que haja uma a cada 200m na trilha, e que tenha 1m de altura, para que tanto crianças como adultos possam utiliza-la sem dificuldades.

Há necessidade de instalação de placas explicativas ao longo da trilha, pois ela se encaixa na classificação Trilha Interpretativa Autoguiada. Caminhando por este tipo de trilha, o visitante irá ater-se a descobrir sozinho as informações (contidas, portanto, nas placas informativas) sobre os recursos naturais do parque, fauna e flora. Tendo ao seu alcance uma placa com essas informações dispostas de forma clara e objetiva, sua experiência será enriquecida e ele será estimulado à conservação do local. Estas placas são uma das estratégias da Educação Ambiental, oferecendo ao visitante segurança e informação ao mesmo tempo.

De acordo com as características naturais do PEMJA, as atividades que melhor podem ser desenvolvidas em suas instalações são as do Ecoturismo Lúdico e Recreativo com caminhada e contemplação da natureza na trilha, e jogos e brincadeiras no Centro de Educação Ambiental, e as do Ecoturismo Educativo, com interpretação da natureza e observação de pássaros. Recomenda-se a contratação de um recreacionista, que planeje as atividades recreativas a serem desenvolvidas no parque, considerando suas características físicas e os hábitos e preferências dos públicos-alvos.

Estimulando a população duovizinhense a praticar essas atividades dentro do parque, este deixaria de ser uma “área inútil, parada, sem uso”, para atender às necessidades de lazer e recreação do povo. A partir do momento em que a população passa a utilizar o espaço público, cria-se uma empatia, um desejo de conservação deste, para que ele possa continuar a proporcionar benefícios. Com o parque sendo freqüentado, tendo movimento, vigilância e manutenção, o consumo de drogas e o risco de agressões passa a ser inibido, transformando o PEMJA em um atrativo seguro. Recomenda-se a contratação de guardas-parques, de modo que a vigilância no local seja permanente. Há a

oportunidade de que um dos moradores do entorno faça a vigilância à noite, tendo a vantagem de estar perto de casa e dentro da sua comunidade.

Por estar localizado no centro da cidade de Dois Vizinhos, e possuir fácil acesso, o parque teria maior concentração de visitantes, além dos fins de semana, nos fins de tarde durante a semana.

3.5 Trilhas Interpretativas

As trilhas são caminhos existentes ou estabelecidos, com diferentes formas, comprimentos e larguras, que possuam o objetivo aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atrativo específico, possibilitando seu entretenimento ou educação através de sinalizações ou de recursos interpretativos. Segundo SALVATTI (2002), podem ser estabelecidas diversos tipos de trilhas, que podem ser classificadas quanto à função (serviço administrativo vigilância, atividades recreativas e educativas, interpretação ambiental e travessia), quanto à forma (circular, oito, linear e atalho), quanto ao grau de dificuldade (caminhada leve, moderada e pesada) e quanto à declividade do relevo (ascendentes, descendentes ou irregulares).

As trilhas interpretativas são ferramenta essencial de apoio a atividades ecoturísticas e à Educação Ambiental. Levam o visitante a apreciar a natureza, compartilhar emoções e redescobrir sua ligação com a natureza e seus fenômenos. As trilhas oferecem ao visitante experiências visuais e sensoriais únicas. Cada pessoa, através das imagens e sensações que sua experiência interpretativa cria, descobre valores naturais e culturais que levará para o seu dia-a-dia. A interpretação das trilhas tem por finalidade traduzir e explicar os fenômenos naturais que podem ser observados durante o percurso, aproximando as pessoas do patrimônio natural e possibilitando uma compreensão maior da importância de sua conservação. Além do prazer das caminhadas, as trilhas de interpretação proporcionam a educação ambiental informal.

CORBIN (*apud* PELLEGRINI, 1993 p 149) fala que “*o que é novo não é a contemplação da natureza, mas as modalidades da leitura da paisagem (...), o desejo de usufruir de um panorama*”. É isso o que a Educação Ambiental acrescenta à vida dos visitantes: o desejo de uma melhor qualidade de vida e de uma maior proteção da natureza.

A pessoa que caminha pela trilha de um parque ecológico sem fazer uma interpretação pessoal do ambiente que a rodeia, e sem interagir com a natureza, está meramente passando pelo local, sem adquirir nenhuma experiência, e não leva consigo nenhum benefício da atividade que praticou. É como se estivesse apenas indo de um lugar para outro, e não tendo uma experiência pessoal única, intransferível, individual, poética.

SALVATTI (2002) esclarece que, apesar de proporcionar tantos benefícios ao turista, as trilhas apresentam alguns impactos negativos no ambiente onde são praticadas, sendo estes os principais:

- No Solo: compactação e erosão. O solo perde aos poucos a capacidade de reter água, que passa a correr ao longo da superfície “lisa”.
- Na Vegetação: destruição das plantas por choque mecânico e coleta. Com a erosão, as raízes da planta ficam expostas, comprometendo seu crescimento e sobrevivência.

Assim, deve-se, quando da implantação da trilha, fazer a determinação da “capacidade de suporte” (nível de uso que uma área pode suportar sem acarretar um grau inaceitável de deterioração das características e qualidade dos recursos ou da experiência recreativa) da área.

Para SALVATTI (2002), as trilhas podem ser classificadas em duas categorias: guiadas e autoguiadas.

Nas trilhas guiadas, a principal característica é o estabelecimento de um canal de comunicação e uma relação afetiva entre o intérprete e os visitantes. O guia deve ter preparação física e técnica, e conhecimentos específicos da área.

Já as trilhas interpretativas autoguiadas têm como principal função facilitar a caminhada e permitir o contato dos visitantes com o meio ambiente sem a presença do

guia. Como a trilha já implantada no PEMJA é autoguiada, vamos ater-nos apenas a esse tipo de trilha.

3.5.1 Trilhas interpretativas autoguiadas do PEMJA

A trilha interpretativa autoguiada é uma maneira descomplicada de permitir que o usuário faça a sua própria interpretação do ambiente onde está. Percorrendo sozinha uma trilha interpretativa, a pessoa pode transformar em uma, duas atividades: a caminhada e a contemplação da natureza, revertendo para si o seu esforço físico, vivendo de forma salutar o seu ócio.

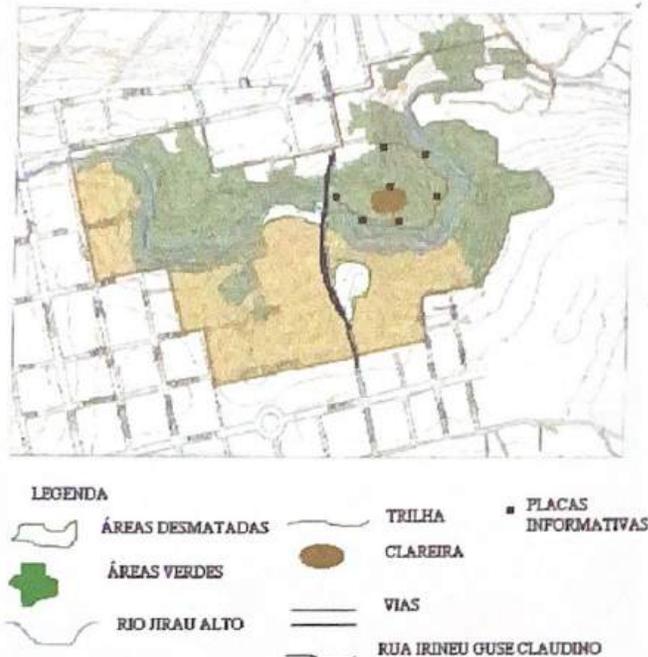
O visitante tira suas conclusões, percorrendo a trilha no seu próprio ritmo, sendo esta uma boa alternativa para pessoas que não gostam de participar de grupos organizados.

O PEMJA tem sua trilha em forma de atalho (há duas entradas, pela Rua Irineu Claudino e pela Rua Princesa Izabel, e moradores do entorno costumam utilizar a trilha como atalho), sem grandes obstáculos, permitindo uma caminhada leve e segura, e com uma distância razoável: 2 km. A 500m do início da trilha (entrada pela Rua Irineu Guse Claudino), abre-se uma pequena clareira, que abriga uma nascente e está calçada. Esta clareira pode ser usada para a observação de pássaros, pois está alguns metros afastada da trilha, o que abafa ruídos e vozes durante o tráfego pela mesma.

Mas, exatamente por não necessitar de pessoal permanente, esse tipo de trilha pode sofrer vandalismos. A trilha do PEMJA não pode ser utilizada com mau tempo pois não possui nenhum tipo de calçamento, e só permite o trajeto em um sentido, devido à sua largura.

De acordo com as características naturais e culturais do PEMJA, a Trilha Natural é a melhor alternativa a ser apresentada ao visitante, pois tem como finalidade a identificação das características naturais do local através de placas informativas e/ou folhetos.

Figura 5 – Mapa aéreo do PEMJA, localizando a trilha.



Fonte: Arquivo do Autor

Para a trilha do PEMJA, propõe-se que as informações sejam prestadas por meio de placas explicativas, dispostas ao longo do percurso. Assim, o visitante tem acesso, com segurança, às áreas interiores dos parques.

Na clareira, além da placa informativa, sugere-se que haja placas ilustrativas, mostrando aos visitantes os exemplares de aves que podem ser observados nos limites do parque.



Figura 6 – Modelo da placa sugerida para a trilha do PEMJA.



Fonte: Arquivo do Autor

Nestas placas, estariam expostas diretrizes para conservação da área, noções e interpretação e educação ambiental, assim como informações a respeito do parque e suas características físicas. Para BLANGY, S. E WOOD, M. (apud LINDBERG e HAWKINS, 2001 p.64) “as diretrizes são um dos meios mais econômicos para a administração do visitante. (...) A falta de informação e compreensão é responsável por muitos dos danos culturais e ambientais provocados pelos turistas. Informações simples e baratas, aliadas a técnicas de divulgação, podem evitar danos irreversíveis à região”. As

diretrizes têm um poderoso poder de estimular a responsabilidade de conservação nos visitantes, mudando seus comportamentos.

No caso específico do PEMJA, as diretrizes poderiam ser criadas pela Prefeitura Municipal em parceria com a comunidade local, integrando a comunidade aos objetivos de conservação e lazer do parque, e ao mesmo tempo, preparando-a para o comportamento do turista.

O Centro de Visitantes, que abrange a quadra de areia e o parquinho com brinquedos para as crianças, é uma área recreativa, onde o princípio das diretrizes seria o da limpeza do local e conservação dos equipamentos. Para tanto, faz-se necessária a colocação de lixeiras no local, limpeza periódica dos canteiros de grama e da quadra de areia, e manutenção dos brinquedos. Aqui, as diretrizes seriam expostas nas lixeiras e em pequenas placas junto aos brinquedos.

A trilha localiza-se em uma área onde a prioridade é a conservação da natureza. De acordo com o IBAMA (2002):

(...) entende-se por conservação da natureza o manejo da biosfera, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a melhoria do ambiente natural, para que este possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer às necessidades e aspirações das gerações futuras e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. Já preservação são as práticas de conservação da natureza que asseguram a proteção integral dos atributos naturais.

O princípio das diretrizes aplicadas neste local, por meio de placas informativas, seria o da conservação da mata, da trilha e do rio, atentando para o fato do depósito de lixo nestes locais, feito pelos visitantes.

Para esta área do parque, a proposta é dispor placas informativas ao longo da trilha. Estas placas devem ser de material de reflorestamento, e suas medidas, de acordo com o modelo acima, são: 1,70m de altura por 1m de largura.

A seguir, serão apresentadas sugestões de textos para as placas do PEMJA.

- Placa 1: BEM VINDOS AO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL JIRAU ALTO. Este parque foi criado em 1997 e é uma Unidade de Conservação de

Uso Indireto, onde o maior objetivo é a conservação da biodiversidade e são limitadas as atividades que podem ser desenvolvidas aqui.

- Placa 2: Esta trilha tem 2km de extensão, é desenhada em forma de atalho e proporciona uma caminhada leve e agradável. Use roupas leves e com cores neutras, tênis, beba bastante água e caminhe sentindo, vendo e ouvindo a natureza. Evite ruídos e conversas altas, mantenha-se nos limites da trilha e não jogue lixo no chão ou no rio.
- Placa 3: Aqui, você poderá observar espécies de pássaros nativos do PEMJA, tais como: inhambu-guaçu, inhambu-xintá, gaturamo, urubu, gavião-peneira, gavião-tesoura, gaviãozinho estriado, gavião pomba, carancho-carcará, jacu-açu, uru, saracura do mato, quero-quero, pomba-amargosa, juriti-pupu, rola-gemedeira, tiriva, tuim, alma-de-gato, anu-preto, anu-branco, coruja-do-mato, coruja-do-campo, curiango tesouro gigante, andorinha de coleira, martim-pescador-gigante, martim-pescador-pequeno, joão bobo, pica-pau do campo, prícipe-sangue-de-boi, viuvinha, siriri cavaleiro, curuíra, sabiá-faranjeira, sabiapoca, sabiá coleira, tico-tico, tico-tico do campo, tico-tico do banhado, canário da terra, tiziu, coleirinha, azulão, sanhaço marrom, sanhaço azul, sanhaço frade, pintassilgo, gralha azul. Não faça ruídos.
- Placa 4: Observe em silêncio os pássaros, sem movimentos bruscos. Não assuste os animais nem tente captura-los. O PEMJA é patrimônio e responsabilidade de todos nós, e sua conservação garante o melhor aproveitamento de seus recursos e instalações por todos. Jogue sempre todo o lixo dentro das lixeiras, nunca na trilha ou no rio. Observe com calma, com o coração, e sinta-se em casa!
- Placa 5: Andando pelo parque, você poderá observar exemplares nativos e exóticos da flora do PEMJA, tais como: açoita-cavalo, alecrim amarelinho, gabriúva, canafístula, canela, canjarana, cedro, esporão de galo, farinha

seca, grábia, gavivora, guajuvira, timbaúva, ipê, louro, marfim, maria-preta, marmeleiro, peroba, pessegueiro-bravo, pitanga, rabo-de-bugio, tarumã, guatambu, erva-mate, pinheiro do Paraná, caroba, paineira, mamão-jaracatiá, taquaraçu, ingazeiro, gerivá, palmito, eucalipto, uva-japão, guapuruvu, bromélias³ e orquídeas. Não leve plantas para casa, cuide da vegetação do parque.

- Placa 6: MAMÍFEROS nativos do PEMJA: gambá de orelha preta, tatu rabo mole, tatu-galinha, morcego, rato, gato do mato, furão, irara, mão pelada, porco cateto, bugio, graxaim, quati, maritaca, cotia, paca, capivara, entre outros. PEIXES nativos do Rio Jirau Alto: este rio não possui uma grande população de peixes, e é impróprio para a pesca e banho, devido às suas características naturais de profundidade e corredeiras, e também devido à poluição recebida durante décadas de ocupação ribeirinha. Formam a população do rio: lambari, cascudo, jundiá, acará, joaninha, carpa, bagre africano, entre outros. Não jogue lixo no rio, e não assuste ou tente capturar animais.
- Placa 7: Evite fumar ou acender fogueiras no interior do PEMJA, eliminando assim, o perigo de incêndios. Não escreva nomes ou faça marcas em árvores ou pedras, mantenha o parque limpo e conservado, para que cada visita sua seja sempre uma nova experiência de volta e reintegração à natureza. Conserve este local, e volte sempre!

A infra-estrutura destas placas, como a dos demais equipamentos de apoio às atividades ecoturísticas, deve provocar o mínimo impacto ambiental, e estar em harmonia com a paisagem. Para ANDERSEN (2001, p.207) *“a melhor fonte de inspiração para o projeto de instalações ecoturísticas é o próprio local. As formas das plantas, das árvores e das formações geológicas em si são um rico acervo de estruturas arquitetônicas. Essas formas foram forjadas pela natureza ao longo de milhões de anos, e representam modelos de eficiência, desempenho e beleza”*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O Ecoturismo é um dos segmentos do turismo que mais cresce no mundo inteiro, em parte devido à atribulada vida nos centros urbanos, e em parte devido aos movimentos de conscientização ambiental e conservação do que ainda resta de natureza. Uma área de lazer, associada à conservação, é de fundamental importância nos dias atuais, e torna-se privilegiada quando permite que o visitante possa ter fácil acesso às suas dependências, como é o caso do PEMJA.

Tanto nas grandes cidades quanto nas pequenas, a ocupação desordenada de áreas acabou por transformar matas, campos, manguezais e mananciais em periferias super populosas, sem condições de abrigar essas pessoas e prejudicando, talvez irreversivelmente, o meio ambiente e também a sociedade, que passa a conviver com contrastes sociais gritantes, aumento da criminalidade e da indiferença entre as pessoas.

Aplicar políticas sociais que revertam esses quadros, e compreender que a proteção e conservação dessas áreas é fundamental para o bem estar do cidadão são medidas que asseguram a qualidade de vida nas cidades. A falta de políticas urbanas, da cobrança das leis existentes pelos cidadãos, de investimentos em equipamentos para o atendimento das necessidades básicas (moradia, alimentação, saúde, educação, lazer, entre outras) dessa população em ocupação irregular da área, e não aplicação das leis de uso e ocupação do solo em perímetros urbanos conduziu a uma profunda degradação do meio ambiente urbano, em praticamente todas as cidades brasileiras.

Os centros urbanos passaram a caracterizar-se por seu aspecto sólido, concreto, cimentado, onde o verde pouco aparece e os rios e córregos são esgotos a céu aberto, canalizados ou não, oferecendo uma paisagem feia e desoladora.

Os avanços tecnológicos estão em toda parte, e espantam: eles mudaram drasticamente a qualidade de vida do ser humano, tanto para o bem, quanto para o mal. O bem do conforto, da rapidez em transportes e comunicações, dos avanços da medicina, da

segurança; o mal da degradação social e ambiental, da miséria, da corrupção, da insegurança.

Mas: bem da segurança, mal da insegurança? É essa ambigüidade que hoje apavora o homem, e este dispende cada vez mais recursos para proteger-se e à sua família, ignorando a raiz do problema, que é social.

Os parques estaduais e municipais, criados para a conservação do meio ambiente, de belezas e patrimônios relevantes, e para o lazer da população, hoje abrigam marginais, que praticam ali seus crimes, transformando esses locais em redutos de tráfico e violência, aterrorizando a população. Além disso, os Planos de Manejo, feitos para a regulamentação e proteção destes locais deixam de fora as populações autóctones, ou que moram no seu entorno. Oferecer meios para que esta comunidade, que conhece o local, ama, e cuida, participe da elaboração e aplicação do Plano de Manejo, é uma forma de aproveitar um conhecimento informal importantíssimo a respeito da área, gerando emprego e valorizando essas pessoas.

A conservação de áreas naturais pelo poder público, além do planejamento, requer recursos humanos, e pessoas treinadas para manter os equipamentos e cuidar, tanto da segurança do meio ambiente quanto da segurança do visitante.

O PEMJA é um exemplo da situação acima citada: a área onde localiza-se a trilha não possui nenhum tipo de vigilância, o que contribui para a falta de segurança do parque, afastando seus visitantes. O consumo de drogas e o risco de agressão são altos, devido à falta de recursos humanos que façam a vigilância do local.

Antes da implantação das atividades ecoturísticas e recreativas, faz-se necessária a reestruturação da trilha, sua delimitação, determinação da capacidade de carga e colocação das lixeiras, placas, bancos e mesas. Essas medidas devem estar contidas em um período entre médio e longo prazo, pois requerem um planejamento sustentável para o desenvolvimento das atividades turísticas e recreativas e para a instalação dos equipamentos de apoio para estas atividades. Para a instalação dos banheiros, é

necessário que sejam feitos estudos para determinar o melhor local, devido à grande proximidade que a trilha tem do Rio Jirau Alto.

Recomenda-se que seja contratado um recreacionista, para que sejam desenvolvidos programas e atividades de lazer voltados para todas as idades, estimulando, assim, as pessoas a frequentarem o parque e, conseqüentemente, conservarem suas instalações e seus recursos naturais.

Toda a infra-estrutura a ser adotada, placas, mesas, bancos e lixeiras, deve estar em harmonia com o ambiente, de modo a provocar o mínimo impacto visual e ambiental, e também deve ser feita de material de reflorestamento, sugerindo-se a madeira de Pinus ou Eucalipto.

A cidade de Dois Vizinhos é carente de espaços aptos ao lazer, ao mesmo tempo em que possui uma grande área verde bem localizada e de fácil acesso. O planejamento e desenvolvimento de um Subprograma de Turismo para essa área é de fundamental importância, tanto para o município, que passa a conservar uma parte de sua natureza e biodiversidade, quanto para os cidadãos, moradores do entorno do parque ou não, que passam a dispor de um local equipado e preparado para a visitação.

O PEMJA é um patrimônio de todos os duovizinhenses. Contribuir com sua conservação e propor melhorias é uma maneira simples de exercer cidadania e cobrar da administração municipal alguns dos direitos básicos do cidadão: lazer e um meio ambiente saudável. Esta proposta de Elaboração do Subprograma de Turismo para o PEMJA vem de encontro a tudo isso, trazendo bases para a preparação do parque para a visitação, para o estímulo ao seu uso racional e para uma maior consideração à comunidade do entorno do parque.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, D. Uma janela para o mundo natural: O Projeto de Instalações Ecoturísticas. IN: LINDBERG, K e HAWKINS, D. (ed.) **Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 2001.
- BARRETO, M. **Introdução ao estudo do Turismo**. São Paulo: Papyrus, 1995
- BRASILAVENTURAS. **Caminhadas**. Disponível em <http://www.brasilaventuras.com.br/caminhadasEtrek>> Acesso em 07 jul 2002
- CRUZ, R. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- DICIONÁRIO CALDAS AULETE. 3ª ed. Rio de Janeiro: Delta: 1980.
- DIEGUES, A. C. Áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. e BRUHNS, H. **Viagens à Natureza – cultura, turismo e meio ambiente**. São Paulo: Papyrus, 1997
- DUTRA, H. & HERCULANI, S. **Treinamento p/ monitores do Subprograma de Interpretação da natureza do parque estadual da Cantareira**. Congresso florestal brasileiro, 6, Campos do Jordão Anais (3): 193-6, 1990.
- ECOBRAZIL. **Ecoturismo**. Disponível em <http://www.ecobrasil.com.br/ecoturismo/html>> Acesso em 29 maio 2002
- GARIN,E. **Contemplação da Natureza**. Disponível em <http://www.accio.com.br/Nazaré>> Acesso em 08 jul 2002
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diretrizes para o desenvolvimento do ecoturismo**, 1997.
- IBAMA. **Unidades de Conservação**. Disponível em <http://www.ibama.org.br/unidadesdeconservacao/html>> Acesso em 20 maio 2002
- LINDBERG, K e HAWKINS, D. (ed.) **Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 2001.
- MENDONÇA, R. Turismo ou Meio Ambiente, Uma falsa oposição? In: LEMOS, A. **Turismo e Impactos Socioambientais**. HUCITEC, 1999 p. 124-125.
- Ministério do Meio Ambiente. **Parques Nacionais**. Disponível em <http://www.mma.gov.br>> Acesso em 15 julho de 2002

PÁDUA, M. T. J. Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação: de onde viemos e para onde vamos? CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 1997, Curitiba-PR. *Anais*. Vol. II. IAP; Unilivre: Rede Nacional Pró Unidade de Conservação. p. 429-439.

PAGNANI, M.; SCHIAVETTI, A. ; MORAES, M.; TOREZAN, F.; (orgs) As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: LEMOS, A. **Turismo e Impactos Socioambientais**. HUCITEC, 1999 p.132-141

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia Cultura e Turismo**. São Paulo: Papirus, 1993.

PINTO, A. C. **Turismo e Meio Ambiente, Aspectos Jurídicos**. São Paulo: Papirus, 1998

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**. São Paulo: Papirus, 1999.

SALVATTI, S. **Trilhas Interpretativas**. Disponível em <<http://www.sssalvatti@uol.com.br/trilhasinterpretativas/html>> Acesso em 30 jul 2002

SANTOS, J. L. dos **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SERRANO, C. e BRUHNS, H. **Viagens à Natureza – cultura, turismo e meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997

SILVA, B. **Solos**. Disponível em: <<http://www.sde.gov.br/solos>> Acesso em 08/nov 2002.

TERRAMATER. **Caminhadas**. Disponível em <<http://www.terramater.com.br/caminhada.htm>> Acesso em 15 agosto 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. **Conceitos para Fazer Educação Ambiental**. 1999.

TUAN, Y. Topofilia. In: PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia Cultura e Turismo**. São Paulo: Papirus, 1993 p. 66.

WESTERN, D. Definindo Ecoturismo. In: LINDBERG, K e HAWKINS, D. (ed.) **Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1

Decreto de criação do Parque Ecológico Jirau Alto, pelo Prefeito Jaime Guzzo, em 1997.



MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 3.185/97

Súmula: Designa o Geógrafo Sr. Clair Antonelo, Responsável Técnico pela Unidade de Conservação - UC, Parque Ecológico Municipal.

Jaime Guzzo, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

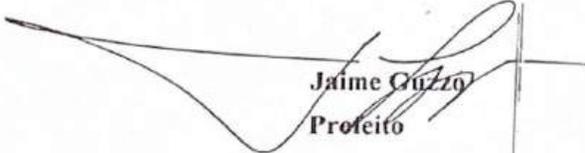
DECRETA:

Art. 1º - Designa o Geógrafo Sr. Clair Antonelo, portador do RG nº 3.620.013-8 e CREA/PR nº 28762-D, como Responsável Técnico pela Unidade de Conservação - UC, denominada Parque Ecológico Municipal Girau Alto, criado pelo Decreto Municipal nº 3400.04/97, de 10 de abril de 1997.

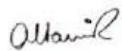
Art. 2º - A principal atribuição do Responsável Técnico designado por este, é a elaboração do Plano de Manejo do Parque Ecológico Municipal Girau Alto e monitoramento da implantação do mesmo e terá a supervisão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e sete, 36º ano de emancipação.


Jaime Guzzo
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se


Altamir Adão Constantino
Secretário de Administração

QUESTIONÁRIO Nº 1 - MORADORES DO ENTORNO

1. Qual o seu nome? _____

2. Qual o seu endereço? _____

3. Qual o seu telefone? _____

4. Qual o seu estado civil? _____

5. Qual o seu nível de escolaridade? _____

6. Qual o seu tempo de residência no bairro? _____

7. Qual o seu tempo de residência na cidade? _____

8. Qual o seu tempo de residência no município? _____

9. Qual o seu tempo de residência no estado? _____

10. Qual o seu tempo de residência no Brasil? _____

11. Qual o seu tempo de residência no mundo? _____

ANEXO 2

Modelo dos questionários aplicados com a população duovizinense e com os moradores do entorno.

QUESTIONÁRIO Nº 2 - MORADORES DO ENTORNO

1. Qual o seu nome? _____

2. Qual o seu endereço? _____

3. Qual o seu telefone? _____

4. Qual o seu estado civil? _____

5. Qual o seu nível de escolaridade? _____

6. Qual o seu tempo de residência no bairro? _____

7. Qual o seu tempo de residência na cidade? _____

8. Qual o seu tempo de residência no município? _____

9. Qual o seu tempo de residência no estado? _____

10. Qual o seu tempo de residência no Brasil? _____

11. Qual o seu tempo de residência no mundo? _____

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – Pesquisa com finalidade didática. Não é necessário identificar-se.
Acadêmico: Josiane da Silva

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO SUBPROGRAMA DE TURISMO DO
PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL JIRAU ALTO (PEMJA)**

QUESTIONÁRIO COM A POPULAÇÃO DUOVIZINHENSE

1. Qual a sua idade? () 15 a 30 anos () 31 a 50 anos () Mais de 50 anos
2. Sexo: () Masculino () Feminino
3. Qual a sua profissão? _____
4. É morador desta cidade? () Sim () Não
5. O Sr(a). já ouviu falar do Parque Ecológico Municipal Jirau Alto?
() Sim () Não
6. Já usou o Parque para seu lazer ou de sua família?
() Sim () Não Se sim, quais atividades realizou?

Se SIM, o que achou?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

7. De quais equipamentos sentiu mais falta quando visitou o Parque?

() banheiros

() lixeiras

() melhorias na trilha

() bancos

() mesas

() placas informativas

() lanchonete

8. Acha importante que essa área seja conservada?

() Sim () Não

9. Se fosse desenvolvido um programa de turismo com atividades como caminhadas e jogos, você participaria?

() Sim () Não

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Pesquisa com finalidade didática. Não é necessário identificar-se.
Acadêmico: Josiane da Silva

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO SUBPROGRAMA DE TURISMO DO
PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL JIRAU ALTO (PEMJA)**

QUESTIONÁRIO PARA OS MORADORES DO ENTORNO DO PEMJA

1. Qual a sua idade? () 15 a 30 anos () 31 a 50 anos () Mais de 50 anos
2. Sexo: () masculino () feminino
3. Qual a sua profissão? _____
4. Há quanto tempo mora aqui, nesta área?
() até 5 anos () 5 a 10 anos () Mais de 10 anos
5. Qual a sua opinião sobre a criação do parque em 1997, e sobre seu estado atual de conservação?

6. Usa o parque para o seu lazer ou de sua família?
() Sim () Não
7. Se houvesse um programa com atividades como caminhada e jogos, você participaria?
() Sim () Não
8. Você tem alguma reclamação ou reivindicação a fazer a respeito do parque?



ANEXO 3

Fotos do Parque Ecológico Municipal Jirau Alto.



Figura 1 – Placa identificando a entrada da trilha.



Figura 2 – Entrada da trilha

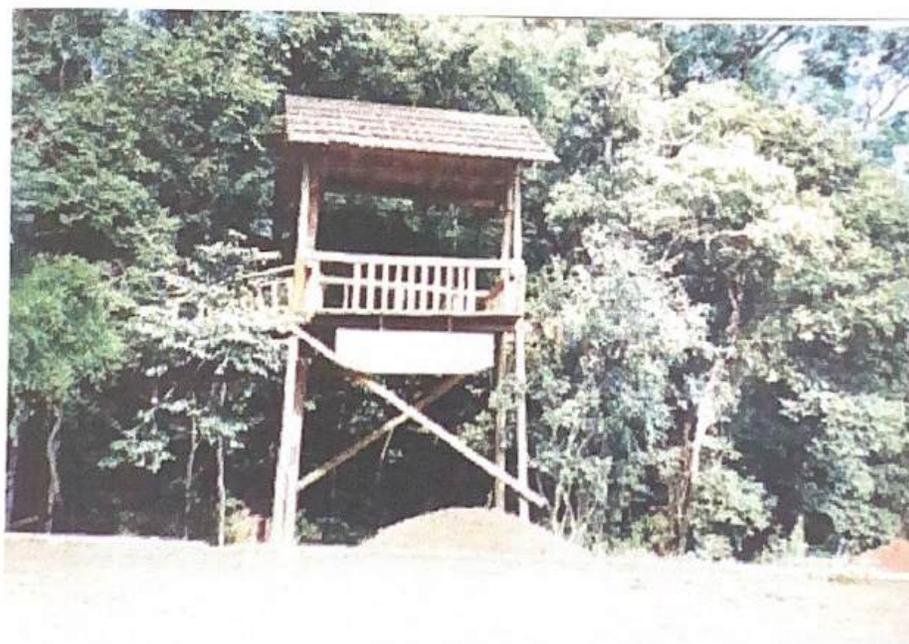
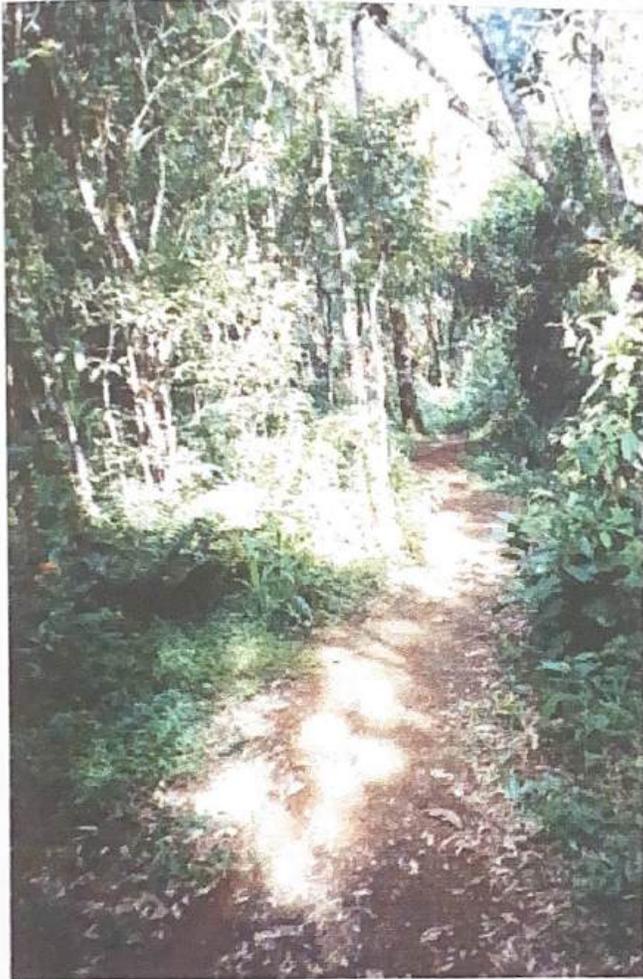


Figura 3 – Trilha do PEMJA.



Esta foto mostra como o parque não está preparado para a visitação: a trilha não este delimitada, não há nenhuma infraestrutura de apoio ao visitante.

Figura 4 – Foto da trilha, mostrando sua proximidade com o rio Jirau Alto.

